

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DIEGO HENRIQUE BERNARDO DA SILVA

**GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS SOB A ÓTICA DO
ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL - IFGF**

MACEIÓ
2024

DIEGO HENRIQUE BERNARDO DA SILVA

**GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS SOB A ÓTICA DO
ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL - IFGF**

TCC apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Daiane Pias Machado

MACEIÓ

2024

Catlogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586g Silva, Diego Henrique Bernardo da.
Gestão fiscal dos municípios alagoanos sob a ótica do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF / Diego Henrique Bernardo da Silva. – 2024.
85 f. : il.

Orientadora: Daiane Pias Machado.
Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 68-73.
Apêndices: f. 74-85.

1. Gestão fiscal. 2. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal indicadores de desempenho. 3. Municípios - Alagoas. I. Título.

CDU: 657:35(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

DIEGO HENRIQUE BERNARDO DA SILVA

GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS SOB A ÓTICA DO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL - IFGF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 11/11/2024

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **DAIANE PIAS MACHADO**
Data: 20/11/2024 15:58:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Daiane Pias Machado
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **ELYROUSE CAVALCANTE DE OLIVEIRA BELLINI**
Data: 11/11/2024 22:46:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Elyrouse Cavalcante de Oliveira
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **ERICA XAVIER DE SOUZA**
Data: 12/11/2024 13:40:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Msc. Érica Xavier de Souza
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

DEDICATÓRIAS

Ao Rei dos reis, Jesus!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, a Ele toda honra e glória. Minha fonte de inspiração, meu protetor, meu guia, meu tudo. Sem o Seu auxílio, a conclusão deste ciclo não seria possível.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, incentivando e apoiando cada passo dado neste período, em especial à minha mãe, Marilêda, por todo o seu amor e suas orações diárias.

À minha orientadora, Professora Daiane Pias, pela sua gentileza, dedicação, paciência e total auxílio nas orientações.

Aos colegas de classe que caminharam junto durante a jornada acadêmica e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para esta realização.

RESUMO

Levando em conta a importância da Gestão Fiscal como ferramenta de controle da aplicação dos recursos disponíveis aos municípios, este estudo buscou analisar os resultados dos indicadores de desempenho fiscal nos municípios alagoanos a partir da análise dos dados fornecidos pela FIRJAN, no período compreendido entre os anos de 2013 e 2022. Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa se enquadra como descritiva, com abordagem quantitativa na análise dos dados. O universo da pesquisa engloba os 102 municípios do estado de Alagoas. Deste universo, o estudo se concentrou em 50 municípios selecionados, utilizando o critério de escolha de entes municipais com maiores populações de acordo com sua categoria de porte. Os resultados encontrados apontam predominância de gestão fiscal crítica na maioria dos indicadores analisados para os municípios de até 100 mil habitantes. Já os municípios com população acima de 100 mil habitantes, como Arapiraca e Maceió, apresentaram resultados mais consistentes e favoráveis da gestão fiscal. No entanto, ao analisar a evolução anual dos dados, percebe-se uma evolução em todos os grupos de municípios nos últimos anos do estudo. Destarte, esta pesquisa contribuiu para a discussão da situação da gestão fiscal dos municípios alagoanos, permitindo inferir perspectivas futuras para a supressão da situação crítica encontrada durante o período analisado.

Palavras-chave: Alagoas; gestão fiscal; IFGF; indicadores de desempenho; municípios;

ABSTRACT

Taking into account the importance of Fiscal Management as a tool for controlling the application of resources available to municipalities, this study seeks to analyze the results of fiscal performance indicators in municipalities in Alagoas based on the analysis of data provided by FIRJAN, in the period between the years 2013 and 2022. Regarding the proposed objectives, the research is classified as descriptive, with a quantitative approach to data analysis. The research universe encompasses 102 municipalities in the state of Alagoas. From this universe, the study focused on 50 selected municipalities, using draws to choose municipal entities with the largest populations according to their size category. The results found point to the predominance of critical fiscal management in most of the proven indicators for municipalities with up to 100 thousand inhabitants. Municipalities with populations above 100,000 inhabitants, such as Arapiraca and Maceió, presented more consistent and detailed fiscal management results. However, when analyzing the annual evolution of the data, an evolution can be seen in all groups of municipalities in the last years of the study. Therefore, this research contributed to the discussion of the situation of fiscal management in the municipalities of Alagoas, allowing us to infer future perspectives for the suppression of the critical situation found during the period analyzed.

Keywords: Alagoas; fiscal management; IFGF; municipalities; performance indicators;

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década.....	35
Gráfico 2: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década	36
Gráfico 3: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década.....	36
Gráfico 4: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década	37
Gráfico 5: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Autonomia	38
Gráfico 6: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Gasto com pessoal	38
Gráfico 7: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Liquidez	39
Gráfico 8: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Investimentos	39
Gráfico 9: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década.....	43
Gráfico 10: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década.....	43
Gráfico 11: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década.....	44
Gráfico 12: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década	44
Gráfico 13: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Autonomia.....	45
Gráfico 14: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Gasto com pessoal.....	46
Gráfico 15: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Liquidez	46

Gráfico 16: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Investimentos	47
Gráfico 17: Evolução do município de Pilar, no período de 2013 a 2022	48
Gráfico 18: Evolução do município de Pilar, no período de 2013 a 2022	49
Gráfico 19: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década.....	50
Gráfico 20: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década.....	50
Gráfico 21: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década.....	51
Gráfico 22: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década	51
Gráfico 23: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de Autonomia	52
Gráfico 24: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de Gasto com pessoal	52
Gráfico 25: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de liquidez	53
Gráfico 26: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de investimentos.....	53
Gráfico 27: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década.....	55
Gráfico 28: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década	56
Gráfico 29: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década	56
Gráfico 30: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década	57
Gráfico 31: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de autonomia.....	57
Gráfico 32: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de gasto com pessoal.....	58
Gráfico 33: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de liquidez.....	58

Gráfico 34: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de investimentos	59
Gráfico 35: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década.....	60
Gráfico 36: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década	61
Gráfico 37: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década.....	61
Gráfico 38: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década	62
Gráfico 39: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação nos índices de autonomia	62
Gráfico 40: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação no índice de gasto com pessoal	63
Gráfico 41: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação no índice de liquidez	63
Gráfico 42: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação no índice de investimentos	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fórmula de Cálculo do IFGF (Autonomia)	27
Figura 2: Fórmula de Cálculo do IFGF (Gasto com pessoal)	28
Figura 3: Fórmula de Cálculo do IFGF (Liquidez)	28
Figura 4: Fórmula de Cálculo do IFGF (Investimentos).....	28
Figura 5: Conceitos para padronização de resultados - IFGF	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Metodologia de finanças	26
Quadro 2: Elementos sob a ótica de receita	27
Quadro 3: Estudos anteriores sobre Gestão Fiscal.....	29
Quadro 4: Indicadores da IFGF	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Grupo dos municípios de pequeno porte I, com até 20.000 habitantes.....	32
Tabela 2: Grupo dos municípios de pequeno porte II, de 20.001 até 50.000 habitantes.....	32
Tabela 3: Grupo de municípios de médio porte, de 50.001 até 100.000 habitantes.....	33
Tabela 4: Grupo IV de município de grande porte, de 100.001 até 900.000 habitantes.....	33
Tabela 5: Grupo V, referente ao município de Maceió.....	33
Tabela 6: Resultado simplificado dos indicadores IFGF dos municípios alagoanos do grupo 1.....	35
Tabela 7: Municípios do grupo 1 que se destacaram no índice de Autonomia.....	40
Tabela 8: Municípios do grupo 1 que se destacaram no índice Gasto com Pessoal.....	41
Tabela 9: Resultado simplificado dos indicadores IFGF dos municípios alagoanos do grupo 2.....	42
Tabela 10: Resultado simplificado dos indicadores IFGF dos municípios alagoanos do grupo 3.....	49
Tabela 11: Resultado simplificado dos indicadores IFGF do município de Arapiraca.....	55
Tabela 12: Resultado simplificado dos indicadores IFGF do município de Maceió Resultado simplificado dos indicadores IFGF do município de Maceió.....	60
Tabela 13: Comparativo entre os grupos analisados.....	65

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AMF	Anexo de Metas Fiscais
ARF	Anexo de Riscos Fiscais
CF	Constituição Federal
CFA	Conselho Federal de Administração
CNM	Confederação Nacional de Municípios
DEA	<i>Data Envelopment Analysis</i>
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FPM	Fundo de Participação Municipal
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Servios
IDS	ndice de Desenvolvimento Socioeconômico
IEG-M	ndice de Efetividade da Gestão Municipal
IFGF	ndice Firjan de Gestão Fiscal
IGM	ndice de Governança Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econmica Aplicada
LAI	Lei de Acesso a Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SECOM	Secretaria de Comunicação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCESP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Caracterização do problema.....	19
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Justificativa	20
1.4 Estrutura da pesquisa	20
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1 Gestão fiscal municipal	21
2.2 Lei de responsabilidade fiscal.....	22
2.3 Indicadores de desempenho da gestão municipal.....	24
2.4 Estudos anteriores sobre gestão fiscal	29
3. METODOLOGIA.....	31
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	35
4.1 Indicadores de gestão fiscal dos municípios de pequeno porte I.....	35
4.2 Indicadores de gestão fiscal dos municípios de pequeno porte II	42
4.3 Indicadores de gestão fiscal aplicado sobre os municípios de médio porte.....	49
4.4 Indicadores de gestão fiscal aplicado sobre o município de grande porte	55
4.5 Indicadores de gestão fiscal aplicado sobre a metrópole de Alagoas – Maceió	60
4.6 Comparação entre a média geral de gestão fiscal dos 5 grupos estudados.	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
6 REFERÊNCIAS	68
7 APÊNDICES	74
7.1 APÊNDICE A - Índice IFGF de autonomia dos municípios alagoanos no período entre 2013 a 2022	74

7.2 APÊNDICE B - Índice IFGF de gasto com pessoal dos municípios alagoanos no período entre 2013 a 2022	77
7.3 APÊNDICE C - Índice IFGF liquidez dos municípios alagoanos no período entre 2013 a 2022	80
7.4 APÊNDICE D - Índice IFGF de investimentos dos municípios alagoanos no período entre 2013 a 2022	83

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988) instituiu o federalismo e a descentralização política, administrativa e fiscal dos entes governamentais, União, Estados e Municípios, atribuindo e flexibilizando a autonomia de cada esfera. Com isso, cada ente federativo tem jurisdição para tomar decisões, visando o bem comum da sociedade.

Nesse aspecto, destaca-se o papel relevante dos municípios no que se refere ao planejamento e execução de políticas públicas locais voltadas ao bem-estar de seus cidadãos e ao desenvolvimento econômico local. Todavia, debates em torno da insustentabilidade fiscal de vários municípios brasileiros colocam à prova o modelo atual de federalismo fiscal adotado no Brasil. (IPEA, 2021). Particularmente, apontam problemas frequentes, como o baixo desenvolvimento da economia local de diversos municípios, a crise fiscal fomentada pelo baixo controle dos gastos públicos, que juntos causam dependência financeira de recursos federais.

Essa instabilidade fiscal ainda é realidade em diversas cidades brasileiras, mesmo com a implementação da Lei complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal (Brasil, 2000). Essa Lei tem por finalidade possibilitar às partes interessadas o pleno acompanhamento no que diz respeito à gestão dos recursos públicos, bem como a responsabilização por seu descumprimento, (Cruz *et al.*, 2012).

Comumente, os municípios que enfrentam uma situação fiscal crítica tendem a estar em déficit, gastando mais do que arrecadam, sendo este fato observado de forma contínua em resultados de institutos credenciados, como o Conselho Federal de Administração (CFA) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que visam apresentar de forma sistemática em seus estudos e pesquisas a situação real das finanças municipais.

De acordo com Cucolo (2023), apesar dos municípios brasileiros apresentarem, em 2022, os melhores índices relacionados à gestão fiscal em dez anos, conforme dados obtidos da Firjan, 42% dos municípios apresentavam situação fiscal desfavorável. Esses números elevados fazem com que gestores municipais recorram a solicitações de verbas federais para suprir o déficit financeiro.

A dependência de transferências intergovernamentais tem se tornado uma válvula de escape para os municípios, anualmente os gestores das cidades se apoiam em repasses como os do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) previsto na CF, cuja distribuição baseia-se em critérios de rateios que envolvem o índice populacional, gerando assim cotas a serem distribuídas.

Observa-se que, mesmo com os esforços direcionados ao aumento de recursos próprios por parte dos gestores municipais, o equilíbrio das receitas e despesas não tem logrado êxito. Determinadas variáveis têm crescido de forma negativa, impactando diretamente nos resultados da gestão fiscal dos municípios. A Firjan descreve, em seu catálogo de resultados do exercício geral de 2023, que gastos com pessoal, planejamento financeiro ineficiente, desigualdades socioeconômicas e a baixa autonomia, impedem, de certa forma, a supressão da crise fiscal que grande parte dos municípios brasileiros enfrenta.

O desequilíbrio das contas públicas fica mais evidente quando é analisado por regiões do Brasil, onde, ao comparar as localidades do norte-nordeste com sul, centro-oeste e sudeste, é perceptível a disparidade nos índices, mais precisamente na gestão fiscal, objeto deste presente estudo. O estado de Alagoas, situado na região nordeste do Brasil possui 102 municípios e é considerado um dos maiores produtores de cana de açúcar do país, cujo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) cresceu 17,8% entre 2009 e 2018, fruto de ajustes fiscais e políticas públicas que possibilitaram melhor qualidade de vida aos cidadãos (Nealdo, 2023).

Embora os municípios alagoanos, em sua grande maioria, tenham evoluído em questões pertinentes a melhoria financeira, ainda não conseguem gerar receitas próprias capazes de garantir sua autonomia para cumprir com os pagamentos das despesas administrativas, o que dificulta, de maneira geral, a prestação de serviços com excelência para seus munícipes.

É fato que a gestão fiscal é um instrumento relevante para a promoção de políticas públicas e, se aplicada de forma eficiente pelos gestores municipais, pode gerar impactos significativos na melhoria da qualidade de vida da população, como educação, saúde, segurança, dentre outros (Moreira *et al.* 2021).

Dessa forma, entender como os recursos destinados aos municípios são administrados, bem como verificar a evolução cronológica dos resultados de índices referentes à gestão fiscal possibilita, não só aos gestores, mas a sociedade em geral, uma

visão crítica e realista da situação financeira do município, podendo assim, gerar reflexões que possam impactar em melhorias e estimativas futuras.

1.1 Caracterização do problema

Partindo do pressuposto de que a CF define União, Estados e Municípios como entes da federação brasileira, na subdivisão elencada no texto da constituição, os municípios se apresentam como a engrenagem fundamental na promoção do desenvolvimento social e da sustentabilidade da economia local. Sua autonomia permite viabilizar a construção de políticas voltadas ao bem-estar dos munícipes (Mendonça; Holanda, 2016). Sendo assim, é importante a concepção de que a boa saúde fiscal na administração pública municipal impacta diretamente em índices de promoção contínua de oferta de serviços públicos de excelência.

Salienta-se que em paralelo ao exposto anteriormente, uma parte significativa dos municípios encontra-se em situação fiscal crítica, mais precisamente na região nordeste do Brasil, onde, historicamente, os índices relacionados à gestão fiscal tendem a ser inferiores de outras regiões do país (Magalhães, 2017, Marconato *et al.* 2019).

Tendo em vista resultados apresentados em pesquisas anteriores, que apontam disparidades nos índices de gestão fiscal em diferentes regiões dos municípios brasileiros, surge o seguinte questionamento: **qual é a realidade fiscal dos municípios alagoanos?**

Para analisar de forma descritiva o desempenho dos municípios alagoanos na gestão fiscal, utilizou-se o Índice de Gestão Fiscal publicado anualmente pela Firjan, entidade referência na obtenção dos resultados de gestão fiscal municipal, referente ao período de 2013 a 2022.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Discutir a situação fiscal dos municípios alagoanos com base nos indicadores de gestão fiscal divulgados pela Firjan no período de 2013 a 2022.

1.2.2 Objetivos Específicos

- descrever a metodologia de avaliação da gestão fiscal proposta pela Firjan;
- avaliar o desempenho dos municípios alagoanos nos indicadores de gestão fiscal.

1.3 Justificativa

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar, analisar, discutir e evidenciar a realidade da gestão fiscal nos municípios alagoanos, haja vista que análises anteriores, como o estudo técnico elaborado em 2023 pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), intitulado de “Crise fiscal nos municípios brasileiros”, bem como os resultados anuais divulgados pela Firjan, apontam para uma crise fiscal em grande parte dos entes federados brasileiros.

A análise e explanação minuciosa das técnicas utilizadas para obtenção de resultados, possibilitará aos cidadãos que não estão familiarizados com as finanças municipais, inferirem sobre a situação fiscal referente a aplicação dos recursos das economias locais.

Além disso, a relevância deste trabalho está ligada a necessidade de propagação de literatura na temática abordada, principalmente no que tange aos municípios nordestinos, onde a crise fiscal possui maior evidência, dessa forma, pesquisas com a finalidade proposta neste trabalho, permitem através da análise e interpretação dos dados voltados a gestão fiscal, verificar como os municípios se portaram durante um determinado período, avaliando perspectivas futuras que envolvem os aspectos orçamentários supracitados neste trabalho.

Nesse panorama, estudar a situação fiscal dos municípios alagoanos, bem como detalhar as técnicas empregadas da Firjan, através do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), também propiciará aos profissionais da área, bem como os gestores da administração direta de cada ente federativo, um material que pode contribuir para reflexões sobre a temática, podendo auxiliar na tomada de decisão, com base em evidências, visando o equilíbrio das contas públicas.

1.4 Estrutura da pesquisa

Este estudo está estruturado em cinco seções, a primeira é composta pela introdução, caracterização do problema, objetivos e justificativa. Na segunda, a revisão de literatura será contemplada, visando gerar um arcabouço conceitual sobre questões pertinentes à gestão fiscal. A terceira versará sobre a metodologia empregada no trabalho. As seções quatro e cinco referem-se, respectivamente, à análise dos dados e considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura versa sobre o arcabouço conceitual referente à temática abordada, visando contribuir para o entendimento do leitor através do histórico de pesquisas elaboradas anteriormente, contextualizando assuntos consolidados e indicando o panorama atual dos temas abordados em questão.

2.1 Gestão fiscal municipal

Compreende-se a gestão fiscal como um conjunto de tarefas que visam a administração, análise e organização dos recursos do ente governamental, partindo da elaboração e aprovação do orçamento anual até a sua execução no decorrer do exercício (Magalhaes, 2017).

Magalhães (2017) complementa a gestão fiscal como sendo o meio em que os entes federados municipais organizam as contas públicas da cidade e, bem como traz a definição de finanças públicas, seguindo a mesma linha de argumento de outros autores, versando sobre a arrecadação e aplicação das receitas.

Leite Filho *et al.* (2018), analisam a Gestão Fiscal como sendo um fator determinante de amplo interesse da sociedade, visto que é constituída na forma inicial da arrecadação de recursos e, posteriormente, na aplicação e alocação dos fundos arrecadados em políticas públicas.

Nesse sentido, a administração pública tem a responsabilidade de gerenciar o patrimônio público para melhorar o bem-estar social e promover o desenvolvimento socioeconômico. A eficiência na utilização dos recursos públicos é essencial para alcançar esses objetivos, e a transparência e o controle fiscal são essenciais para otimizar

os resultados e incentivar boas práticas gerenciais entre os gestores públicos. (Silva; Crisóstomo, 2024).

A responsabilidade da gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (Brasil, 2000).

Para Mello (2014), os municípios devem estar organizados, a fim de promover o controle das finanças públicas, tendo como premissa o equilíbrio entre os *inputs* (receitas) e *outputs* (despesas), visando dessa maneira, não apenas o atendimento das necessidades dos cidadãos, mas sim, direcionar o planejamento futuro do município, seguindo estatísticas de variáveis como índices populacionais, tecnológicos e socioeconômicos.

A boa gestão fiscal é importante, uma vez que crises econômicas afetam grande parte dos entes federados, e, conseqüentemente, impactam diretamente na sociedade, devendo r os gastos públicos serem discutidos prioritariamente entre os problemas (Santin; Pereira; Camargo, 2017).

A eficiente gestão dos recursos municipais está diretamente relacionada ao equilíbrio das contas públicas, e, para o alcance da eficiência, o Estado dispõe de mecanismos direcionadores, como a LRF (2000), vinculados a princípios que norteiam a correta aplicação dos recursos.

Para o equilíbrio das contas públicas, os municípios com baixa captação de recursos próprios, além de observarem estritamente as diretrizes das leis que regulamentam a gestão fiscal, devem atentar-se para as transferências intergovernamentais, que constituem um aporte financeiro primordial para o equilíbrio das contas públicas e conseqüentemente na oferta de serviço público de excelência e de forma continuada para a sociedade (Santin; Pereira; Camargo, 2017).

2.2 Lei de responsabilidade fiscal

A LRF foi promovida pela CF de 1988, em razão da desordem constante que as finanças públicas brasileiras apresentavam (Maciel et al., 2021). Importante destacar que a crise financeira do Estado brasileiro fomentou a instituição da referida Lei, acompanhada de gastos excessivos com pessoal, déficits primários em todas as esferas União, Estados e Municípios, guerra fiscal entre estados, privatizações etc. (Vicente, 2013).

Fez-se necessário a criação de mecanismos para controle e regulamentação das contas públicas. De caráter obrigatório, a LRF mudou, as tratativas no que diz respeito à gestão fiscal no Brasil, ao estabelecer diretrizes para a gestão fiscal responsável, por meio de limites para constituição de dívidas, despesas de pessoal, entre outros, impostos às três esferas de governo, União, estados e municípios. (Brasil, 2000).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) defende que a LRF é a Lei mais importante no campo Fiscal, cabendo aos estados e municípios a elaboração e publicação de seus relatórios, como o Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF), Relatório resumido da execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF), em estrita observância aos limites fixados na supracitada Lei. Nesse sentido, observa-se esta norma como o principal arcabouço legal para alcance do equilíbrio das finanças públicas, sendo importante verificar o seu fiel cumprimento pelos gestores.

A LRF é desmembrada em três principais eixos, sendo eles: planejamento, transparência e controle. Estes eixos são pilares importantes para que os gestores gerenciem as contas públicas de forma a alcançarem o equilíbrio financeiro (Magalhães, 2017). Nesse sentido, Jessiane *et al.* (2022), ressaltam que estes pilares atuam em conjunto de maneira disciplinar, instigando o gestor a gerir a máquina pública voltado ao princípio da transparência.

O planejamento é o primeiro eixo da LRF que consiste em um importante instrumento da gestão fiscal eficiente, configurado como a maior ferramenta destinada ao gestor para alcance de metas propostas pela LRF. Se bem executado permite uma série de subsídios para a gestão, como prevenir riscos de maneira antecipada, ao mesmo tempo formulando medidas para correções, dentro da racionalidade, visando o equilíbrio contínuo das contas públicas. (Vicente, 2013).

A relevância desse eixo pode ser verificada no art. 165 da CF (Brasil, 1988), onde são apontados em seu escopo, três importantes instrumentos que dinamizam a gestão fiscal na arrecadação e execução dos tributos. O primeiro mecanismo é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que visa definir as prioridades e metas do ente federado, apontando, ao mesmo tempo, como os recursos inicialmente arrecadados devem ser gastos em cada exercício.

O segundo mecanismo é a Lei Orçamentária Anual (LOA), que abrange as estimativas de receitas e despesas para o exercício financeiro, referindo-se ao orçamento

em si, as duas ferramentas anteriores são executadas de acordo com o instrumento de maior abrangência, que é o terceiro mecanismo, o Plano Plurianual (PPA), que estabelece um plano de diretrizes e objetivos para um período de quatro anos, tendo vigência a partir do segundo ano de mandato do governante público (Brasil, 1988).

O segundo eixo da LRF, em seu art. 48 (Brasil, 2000), é a Transparência, que obriga a ampla divulgação e acesso ao público dos instrumentos orçamentários elaborados, bem como o relatório resumido da execução orçamentária e de gestão fiscal. Nesse sentido, a alínea primeira do referente artigo reforça que o acesso a estes documentos deve ser assegurado aos cidadãos e outras partes interessadas por meio de incentivo à participação popular, mediante debates na elaboração das diretrizes orçamentárias e no orçamento em si.

O acompanhamento da execução orçamentária deve, também, estar disponível em tempo real por meios eletrônicos, garantindo, dessa maneira, o cumprimento da Lei de Acesso à informação (Brasil, 2000), (LAI, 2011).

Dessa forma, observa-se que a transparência é um instrumento facilitador que amplia a visão dos cidadãos interessados sobre a realidade orçamentária e financeira dos estados e municípios em que residem, podendo exercer seu papel da cidadania, através de suas opiniões para a construção de políticas públicas visando o desenvolvimento social local. Em linhas gerais, a transparência imposta pela LRF permite e fomenta a atividade do controle social.

O terceiro eixo é o Controle. Sobre ele, a CF, no art. 31 (Brasil, 1988), dispõe que a fiscalização dos municípios será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo. De forma a complementar, os incisos I, II, III e IV versam de maneira detalhada como deve ocorrer o controle da câmara municipal, prestação de contas anuais pelo prefeito e disponibilização das contas dos municípios aos contribuintes.

Sendo assim, as ferramentas de controle são essenciais para promover a confiança da sociedade na gestão pública e garantir que os recursos disponíveis aos entes federados sejam direcionados para o bem-estar da população, prevenindo riscos e corrigindo desvios, visando o equilíbrio das contas públicas.

2.3 Indicadores de desempenho da gestão municipal

Tendo em vista a necessidade da compreensão sobre a gestão fiscal, no âmbito municipal, são apresentadas algumas medidas de desempenho que auxiliam as partes interessadas e os gestores das cidades, na visualização da concretude da situação fiscal do ente federativo.

Sendo assim, com a utilização e avaliação de indicadores, é possível tomar melhores decisões que visem manter ou corrigir o desenvolvimento de políticas fiscais, diagnosticando tempestivamente um possível declínio fiscal. Grande parte dos indicadores fiscais visam medir a qualidade das aplicações dos recursos arrecadados e captados, avaliando dessa forma o desenvolvimento das políticas fiscais adotadas pelo gestor municipal.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), avalia, ao longo de um determinado período, se as visões estratégicas elaboradas pelos municípios estão logrando êxito. Este índice proporciona, não apenas, a dimensão no âmbito da gestão fiscal no município, mas também, em elementos como planejamento, educação, saúde, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação (Silva, 2020).

Uma série de fatores são levados em consideração na composição do índice IEG-M, como os dados governamentais e outras fontes oficiais de informação. Dados oriundos de sistemas automatizados de apoio à fiscalização e informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas prefeituras municipais.

Outros indicadores de gestão municipal contribuem para a avaliação da realidade fiscal de municípios, como os Índice de Governança Municipal (IGM) e o IFGF. O primeiro foi lançado em dezembro de 2016, cujo objetivo está fixado em auxiliar os gestores municipais na identificação de oportunidades de melhoria, a partir da análise dos resultados obtidos. (Grin *et al.*, 2021).

O IGM está alicerçado em duas premissas básicas: cobertura e periodicidade. A primeira reflete a busca por maior abrangência de entes municipais analisados, dessa forma, busca-se estudar o maior número possível de municípios, sem deixar que a qualidade dos resultados seja impactada.

A segunda, se refere a periodicidade. Como a lacuna de informações municipais ainda é um problema a ser resolvido, a estratégia a ser seguida na elaboração da medida de desempenho foi de analisar os entes federados a partir de maior período, sendo fixado um período máximo de quatro anos.

Para coleta e análise dos dados o IGM disponibiliza em seu *site* uma série de etapas que variam da seleção de indicadores, extração dos dados, definição dos grupos, definição das metas, verificação de *outliers*, cálculo da nota, para enfim chegar no objetivo final que se refere ao cálculo dos indicadores, dimensões e nota geral.

No que concerne a gestão fiscal, este indicador apresenta uma tabela intuitiva onde se pode compreender a aplicação da dimensão “finanças”:

Quadro 1: Metodologia de finanças

DIMENSÃO	INDICADOR	VARIÁVEL	OBJETIVO DA MENSURAÇÃO DA VARIÁVEL	FORMA DE CÁLCULO	PERIODICIDADE	POLARIDADE
FINANÇAS	FISCAL	AUTONOMIA	Avalia a capacidade do município de sustentar sua estrutura administrativa com recursos próprios	Quantos % da Receita Própria sobra após a dedução das Despesas Administrativas?	Anual	maior- melhor
		INVESTIMENTOS	Mede a capacidade de investir do município	O valor de Investimento + Inversão Financeira representa quantos % da Receita Total?	Anual	maior- melhor
		LIQUIDEZ	Mede a capacidade de pagamento das obrigações do município	Quantos % sobrou de caixa e equivalentes após Inscrição do Restos a Pagar?	Anual	maior- melhor
		GASTO COM PESSOAL	Mensura o nível de gastos com pessoal do município	A despesa com pessoal representa quantos % da Receita Corrente Líquida?	Anual	menor-melhor

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de IGM/CFA

Outro indicador de desempenho municipal é o IFGF, uma ferramenta amplamente citada na literatura de finanças públicas, que possui abrangência nacional e periodicidade anual, foi lançada em 2012, e busca fortalecer a cultura da responsabilidade administrativa, auxiliando dessa forma a gestão pública eficiente. Com dados obtidos diretamente da STN, pode-se verificar onde os recursos arrecadados pelos municípios foram aplicados. (Firjan, 2023)

Semelhante ao IGM, esta medida de desempenho apoia-se em quatro indicadores: autonomia, gasto com pessoal, liquidez e investimentos. Este indicador produz resultados

consolidados e passíveis de comparações, visando subsidiar a tomada de decisão de gestores, sociedade e outras partes interessadas em torno do equilíbrio das contas públicas.

As descrições dos indicadores presentes no IFGF, bem como as fórmulas para aplicação são as seguintes:

Autonomia: ao analisar este índice, busca-se verificar a capacidade dos municípios estudados de se sustentarem sem depender de transferências intergovernamentais. Como visto, a CF de 1988 flexibilizou a descentralização política, administrativa e fiscal dos entes federados, de modo mais específico, os municípios ganharam autonomia para realizarem os anseios de seus cidadãos locais. O referido indicador da Firjan verifica a capacidade supracitada sob a utilização de duas óticas: receitas e despesas.

i) sob a ótica da receita – aqui são contabilizadas as receitas que estão ligadas à atividade econômica do município, divididas em arrecadação própria e transferências devolutivas.

Quadro 2: Elementos sob a ótica de receita

Arrecadação própria	Transferências devolutivas
Tributárias	ICMS
Patrimoniais	IPVA
Serviços	ITR
Industriais	IPI-EXPORTAÇÃO
Agropecuárias	

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Firjan (2023)

ii) pela perspectiva da despesa – aqui a estrutura administrativa refere-se ao custo com manutenção da câmara de vereadores e da função administrativa do poder executivo.

Essas duas perspectivas juntas fornecem uma visão abrangente da autonomia financeira de um município.

Figura 1: Fórmula de Cálculo do IFGF (Autonomia)

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Receitas da Atividade Econômica Local} - \text{Custos com a Estrutura Administrativa}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

Fonte: Firjan 2023

Gasto com pessoal: o índice de “Gasto com Pessoal” avalia o quanto das receitas de um município é comprometido com despesas de pessoal. A fórmula de cálculo é a mesma usada LRF. O IFGF penaliza municípios que ultrapassam o limite de gastos com pessoal estabelecido pela LRF, que é 60% da Receita corrente líquida (RCL). Municípios que excedem esse limite recebem nota zero no IFGF Gastos com Pessoal. Quanto mais próximo de 1,00 ponto, menor é o comprometimento do orçamento do município com

salários do funcionalismo, o que significa maior flexibilidade para a prefeitura implementar políticas públicas.

Figura 2: Fórmula de Cálculo do IFGF (Gasto com pessoal)

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Despesa Líquida com Pessoal (últimos 12 meses)}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

Fonte: Firjan 2023

Liquidez: este índice indica a capacidade do município no que concerne ao cumprimento com suas obrigações financeiras, não colocando despesas do exercício atual para o ano seguinte, a qual, são denominadas como “restos a pagar”. Para cálculo deste índice, a FIRJAN, descreve que caso o município inscreva mais restos a pagar do que recursos em Caixa terá sua pontuação devidamente zerada.

Figura 3: Fórmula de Cálculo do IFGF (Liquidez)

$$\text{Indicador} = \frac{(\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}) - (\text{Restos a Pagar Inscritos no ano})}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

Fonte: Firjan 2023

Investimentos: o referente índice versa medir o quantitativo de recursos aplicados em investimentos nos orçamentos municipais, ou seja, é a aplicação em si em políticas públicas, boas estruturas, sejam de hospitais, vias públicas, dentre outros para este indicador, a Firjan, estabeleceu uma porcentagem padrão para alcance da nota máxima, a prefeitura que investe cerca de 12% de sua receita total, alcança a nota 1,00. Dessa forma, quanto mais o resultado se aproxima de 1,00, mais investimentos foram efetuados pelo determinado órgão.

Figura 4: Fórmula de Cálculo do IFGF (Investimentos)

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Investimentos} + \text{Inversões Financeiras}}{\text{Receita Total}}$$

Fonte: Firjan 2023

Sendo assim, os cálculos da aplicação dos indicadores de gestão fiscal elaborados pela Firjan são baseados nas leis que regem a gestão fiscal nos municípios, como o disposto na constituição e nos limites da lei de responsabilidade fiscal.

2.4 Estudos anteriores sobre gestão fiscal

Estudos anteriores têm sido realizados a fim de investigar a realidade fiscal nos estados e municípios brasileiros. Este tópico propõe-se em elencar algumas pesquisas na temática abordada. Diante disso, buscou-se realizar o levantamento bibliográfico de trabalhos recentes, no período compreendido de 2020 a 2023, para verificar novos métodos e discussões atuais, descritas no Quadro 3.

Quadro 3: Estudos anteriores sobre Gestão Fiscal

AUTORES/ANO/TÍTULO	OBJETIVO, METODOLOGIA E SÍNTESE DOS RESULTADOS
<p>Rosa <i>et.al</i> (2021) “A Influência da Transparência Pública na Relação entre Gestão Fiscal e no Desempenho de Municípios Brasileiros.”</p>	<p>Analisar a influência da transparência pública na relação entre gestão fiscal e desempenho municipal. A metodologia utilizada foi a coleta de dados no censo do IGM/CFA (índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração.), tendo a posterior análise dos dados a partir de modelagem de equações estruturais. No que diz respeito aos resultados, observou-se que o equilíbrio na gestão fiscal tem impacto positivo no desempenho municipal e que a transparência pública tem influência positiva na relação entre gestão fiscal e desempenho municipal.</p>
<p>Silva <i>et. al.</i> (2020) “Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios Brasileiros.”</p>	<p>Investigar dentre um conjunto de fatores, quais são os explicativos para a gestão fiscal evidenciada pelo índice da Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Gestão Fiscal (IFGF) em municípios brasileiros. Quanto aos métodos utilizados para a condução da pesquisa, foi realizada a estratégia de investigação da pesquisa avaliativa com o método de banco de dados. Os resultados evidenciaram no modelo regressivo utilizado que as variáveis: Produto Interno Bruto – PIB (2013) per capita, Índice de Governança Municipal – IGM (2016) e a localização dos municípios nas regiões brasileiras foram significativas para explicar a gestão fiscal em municípios brasileiros</p>

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Quadro 3: Estudos anteriores sobre Gestão Fiscal (Continuação)

<p>Lima e Bezerra (2022) “Gestão Fiscal e a eficiência do gasto Público em Educação e Saúde nos Estados Brasileiros.”</p>	<p>Analisar o efeito da gestão fiscal sobre a eficiência dos gastos públicos em educação (ensino médio) e saúde nos estados brasileiros. Como métodos, Lima e Bezerra utilizaram o DEA e a Regressão Tobit, visando analisar respectivamente a alocação de insumos nos aspectos supracitados, bem como para investigação das determinantes de eficiência do gasto público. Os resultados sugerem que maiores proporções de receitas de arrecadação própria levam à maior eficiência na área de educação.</p>
<p>Ferreira <i>et. al.</i> (2023) “Eficiência da Gestão Fiscal e Variação Orçamentária em Municípios Mineiros”</p>	<p>Investigar a relação entre a eficiência da gestão fiscal e a variação orçamentária nos municípios mineiros. O procedimento metodológico aplicado foi a análise do índice de Gestão Fiscal da FIRJAN, relacionando-o com a variação orçamentária dos 849 municípios mineiros no período de 2014 a 2020 por meio da análise de regressão. Os resultados apontam para uma relação negativa entre a variação orçamentária e a eficiência da gestão fiscal.</p>
<p>Zuccolotto <i>et. al.</i> (2022) “A primazia da gestão fiscal sobre o planejamento nos estados brasileiros.”</p>	<p>Investigar a relação entre resultado primário e resultado nominal com os investimentos nos estados brasileiros e verificar o efeito que os ciclos políticos provocam nesta relação no período de 2001 a 2018. Para alcance do objetivo, no que se refere a metodologia, foram utilizados modelos de regressão linear múltipla com erros clusterizados por estados e por ano. Os resultados encontrados evidenciam a existência de relação positiva entre a gestão fiscal e planejamento nos estados brasileiros, confirmando a literatura e nossa hipótese de pesquisa. No que se refere ao segundo objetivo proposto, os resultados evidenciam que os ciclos políticos eleitorais interferem na relação entre gestão fiscal e planejamento governamental, uma vez que os investimentos aumentam nos períodos pré-eleitorais.</p>
<p>Paiva (2023) “Situação Fiscal dos Municípios Mineiros e Efetividade no enfrentamento da pandemia da COVID-19 “</p>	<p>Analisar a situação da gestão fiscal dos municípios mineiros e a efetividade no enfrentamento da pandemia do COVID-19 para o ano de 2020. A metodologia empregada se refere a análise do banco de dados da FIRJAN, bem como análise de correlação de Pearson afim de obter o objetivo proposto. No que diz respeito aos resultados, observou-se uma relação inversa significativa fraca entre os gastos e o Índice FIRJAN e uma relação direta entre gastos e o número de óbitos por COVID-19</p>

Fonte: Elaboração do autor (2024)

Este trabalho se destaca por aplicar diretamente os índices de gestão fiscal elaborados pela Firjan. Diferente de outras pesquisas, ele não busca relacionar a gestão fiscal com outras variáveis, como transparência ou variação orçamentária, para analisar relações de causa e efeito. Essa abordagem direta oferece uma visão clara e focada da gestão fiscal na região. Além disso, o estudo detalha as técnicas empregadas no uso dos indicadores, facilitando a compreensão tanto para o público interno quanto externo à

contabilidade. Outro ponto relevante é o estudo ser realizado em municípios de alagoanos, ainda não estudados separadamente e com mais detalhes.

3. METODOLOGIA

No que diz respeito aos objetivos, esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva. A pesquisa descritiva tem como foco principal descrever as características de uma população ou fenômeno específico, estabelecendo relações entre as variáveis. Para isso, utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática (Silva, 2017).

Este estudo emprega uma abordagem quantitativa para a análise dos dados. A natureza quantitativa se refere a análise da média e desvio padrão dos indicadores fiscais no período analisado.

Este estudo concentra-se na análise dos indicadores de gestão fiscal dos municípios de Alagoas, utilizando o IFGF como referência. O período de análise abrange uma década, de 2013 a 2022, permitindo uma avaliação abrangente e detalhada das tendências e padrões fiscais ao longo do tempo.

O escopo desta pesquisa engloba os 102 municípios do estado de Alagoas. Dentro deste universo, o estudo se concentrará em 50 municípios selecionados, optando-se pela inserção de entes municipais com as maiores populações dentro de sua categoria de porte, visando a uniformização e padronização de resultados.

Este estudo teve como parâmetro a classificação do porte dos municípios estabelecida pelo IBGE (2010), que classificou os entes municipais nos seguintes agrupamentos:

- Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes;
- Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes;
- Municípios de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes;
- Municípios de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes;
- Metrópole: 900.001 habitantes ou mais.

Dessa forma, em observância da classificação anterior, a quantidade dos municípios estudados seguirá a seguinte distribuição:

Grupo I: Este grupo incluirá os 30 municípios com as maiores populações em Alagoas, verificado o limite de sua faixa.

Tabela 1: Grupo dos municípios de pequeno porte I, com até 20.000 habitantes

Nº	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1	Taquarana	19 032
2	Água Branca	19 008
3	Lagoa da Canoa	18 457
4	Major Isidoro	17 700
5	Joaquim Gomes	17 152
6	Batalha	16 448
7	Barra de Santo Antônio	16 365
8	Cajueiro	16 024
9	Piaçabuçu	15 897
10	Colônia Leopoldina	15 816
11	Canapi	15 559
12	Estrela de Alagoas	15 429
13	Messias	15 405
14	Inhapi	15 167
15	Capela	15 032
16	Paripueira	13 835
17	Anadia	13 811
18	Passo de Camaragibe	13 804
19	Ibateguara	13 731
20	Maribondo	13 679
21	Poço das Trincheiras	12 518
22	Senador Rui Palmeira	12 302
23	Ouro Branco	11 446
24	Santana do Mundaú	11 323
25	Quebrangulo	11 080
26	Dois Riachos	11.067
27	Oliveira	10 812
28	Coité do Nóia	10 810
29	Pariconha	10 573
30	Cacimbinhas	10 476

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE

Grupo II: Este grupo será composto pelos próximos 10 municípios com as maiores populações após o grupo I.

Tabela 2: Grupo dos municípios de pequeno porte II, de 20.001 até 50.000 habitantes

Nº	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1	Santana do Ipanema	46 220

2	Teotônio Vilela	38 053
3	Atalaia	37 512
4	Girau do Ponciano	36 102
5	Pilar	35 370
6	Maragogi	32 174
7	Campo Alegre	32 106
8	São Sebastião	31 786
9	São Luís do Quitunde	30 873
10	São José da Tapera	30 604

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE

Grupo III: Este grupo incluirá os próximos 8 municípios com as maiores populações após o grupo II.

Tabela 3: Grupo de municípios de médio porte, de 50.001 até 100.000 habitantes

Nº	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1	Rio Largo	93 927
2	Palmeira dos Índios	71 574
3	Marechal Deodoro	60 370
4	União dos Palmares	59 280
5	Penedo	58 647
6	São Miguel dos Campos	51 990
7	Delmiro Gouveia	51 319
8	Coruripe	50 414

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE

Grupo IV: Arapiraca, município de grande porte em Alagoas, representante único deste grupo.

Tabela 4: Grupo IV de município de grande porte, de 100.001 até 900.000 habitantes

Nº	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1	Arapiraca	234 696

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE

Grupo V: Maceió, sendo a metrópole de Alagoas, é o único representante deste grupo.

Tabela 5: Grupo V, referente ao município de Maceió.

Nº	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
1	Maceió	957 916

Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE

Os dados para este estudo serão coletados diretamente da base de dados da Firjan. Os resultados serão apresentados em forma de tabelas dinâmicas, destacando a média dos indicadores analisados para cada grupo, bem como apontando a evolução dos mesmos para o período analisado. Esta abordagem permitirá uma compreensão clara e objetiva das tendências fiscais no estado de Alagoas.

De modo a padronizar os resultados dos indicadores, este estudo utilizará a mesma métrica utilizada no IFGF, que apresenta quatro conceitos, com valores de referência pré-estabelecidos e cores estratégicas que facilitam o entendimento, a qual segue a seguinte distribuição:

Figura 5: Conceitos para padronização de resultados - IFGF



Fonte: Firjan 2023

Para padronização dos resultados, os índices aplicados variam de 0 a 1 pontos, tendo melhor gestão fiscal os municípios que mais se aproximarem de 1. (Firjan, 2023).

Os indicadores de gestão fiscal utilizados neste estudo estão descritos no quadro 4, e a metodologia de cálculo está indicada nas fórmulas descritas na seção 2.3.

Quadro 4: Indicadores da IFGF

Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
Capacidade de financiar a estrutura administrativa	Grau de rigidez do orçamento	Cumprimento das obrigações financeiras	Capacidade de gerar bem-estar e competitividade.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Firjan.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

4.1 Indicadores de gestão fiscal dos municípios de pequeno porte I

A tabela 6 indica a média e o desvio padrão dos indicadores de gestão fiscal dos municípios alagoanos elencados no grupo 1.

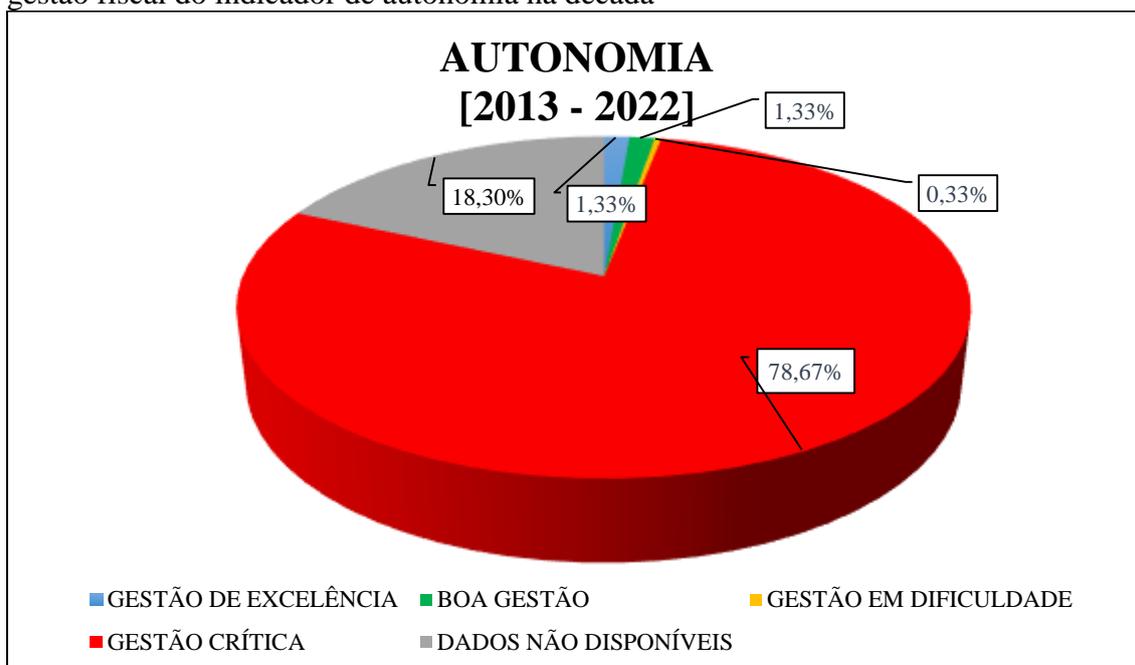
Tabela 6: Resultado simplificado dos indicadores IFGF dos municípios alagoanos do grupo 1

GRUPO 1 ATÉ 20.000 HABITANTES	AUTONOMIA [2013-2022]		GASTO COM PESSOAL [2013-2022]		LIQUIDEZ [2013-2022]		INVESTIMENTO [2013-2022]	
	σ	μ	σ	μ	σ	μ	σ	μ
	0,044	0,028	0,171	0,212	0,205	0,559	0,147	0,338
SITUAÇÃO	GESTÃO CRÍTICA		GESTÃO CRÍTICA		GESTÃO EM DIFICULDADE		GESTÃO CRÍTICA	

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Os resultados indicam predominância para classificação de gestão crítica, em três dos quatros indicadores analisados. Visualiza-se que apenas o indicador de liquidez figurou acima do padrão de resultados apresentados, obtendo a classificação de “gestão em dificuldade. ”

Gráfico 1: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década



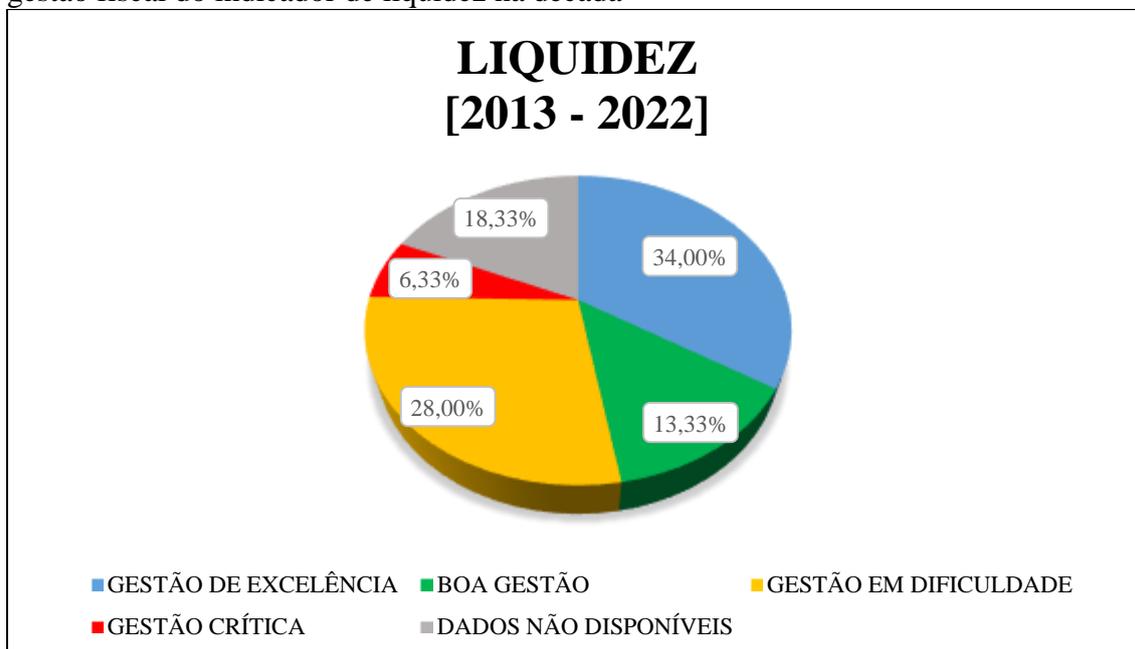
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 2: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 3: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 4: Percentual médio do número de municípios do grupo 1, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

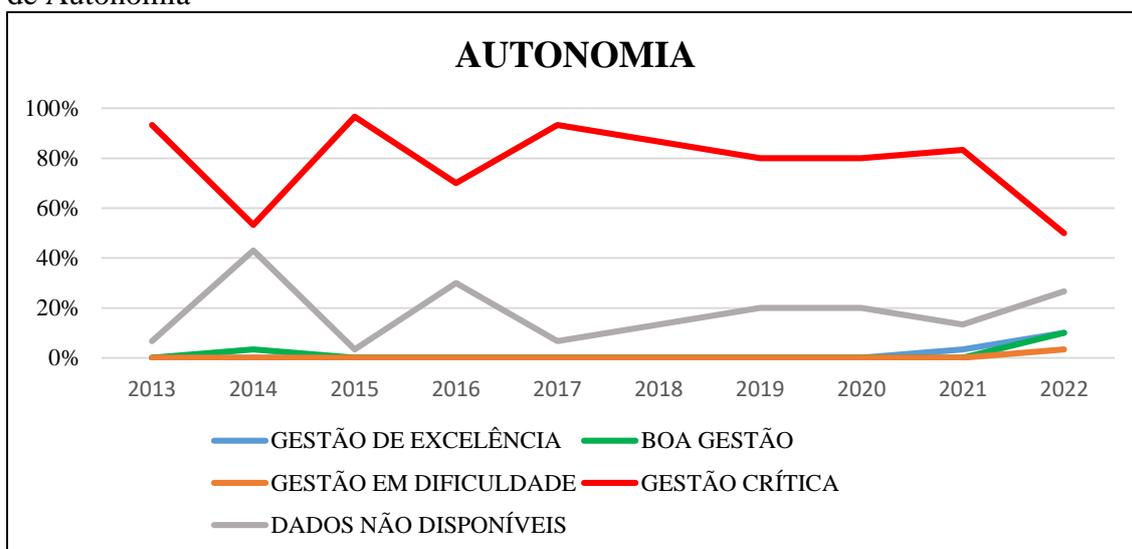
Os gráficos 1, 2, 3 e 4 ilustram o percentual médio de municípios do grupo 1 enquadrados na classificação da gestão fiscal dos índices de autonomia, gasto com pessoal, liquidez e investimentos, para o período compreendido de 2013 a 2022. A classificação do IFGF varia de “gestão crítica” a “gestão de excelência”. Ratificando os resultados da tabela 6, é perceptível visualizar nos gráfico 1, 2 e 4 a predominância de municípios enquadrados na categoria “gestão crítica” para os índices de autonomia, gasto com pessoal e investimentos, com percentuais respectivos de 78%, 60% e 44%, porém, verifica-se que para o índice de liquidez, (gráfico 3), a categoria “gestão de excelência” lidera a estatística com a média de 34% de municípios integrantes do grupo 1 mantendo com excelência a capacidade de pagamento de suas dívidas, não concentrando as despesas do exercício corrente para o exercício seguinte.

Importante ressaltar o percentual de municípios com dados não disponíveis, totalizando cerca de 18% em cada índice aplicado. Esses dados, além de dificultar a transparência e exatidão da situação fiscal dos municípios em si, impactam negativamente no que diz respeito a captação de recursos pelos próprios entes federados, uma vez que as ausências de disponibilização dos dados impedem de certa forma os recebimentos de transferências como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), por exemplo. Dessa forma,

esse deve ser um ponto a ser levado em consideração para aprimoramento dos municípios alagoanos na busca por melhores resultados no que concerne a gestão fiscal

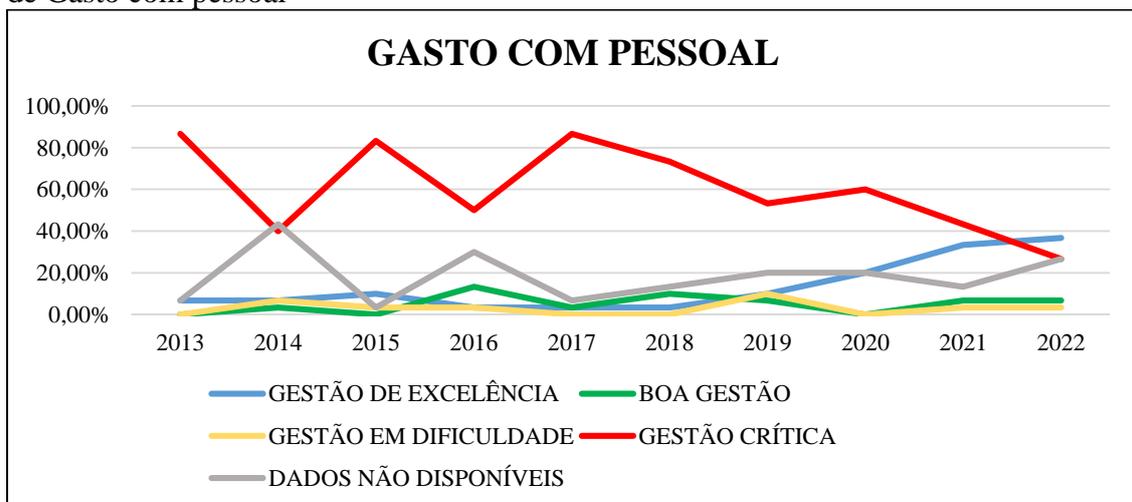
Os gráficos 5, 6, 7 e 8 apresenta os resultados pertinentes a evolução do percentual de municípios por classificação nos indicadores do período analisado, sendo possível identificar os intervalos de melhores resultados, bem como apontar a situação atual do grupo, ao verificar o último ano de estudo.

Gráfico 5: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Autonomia



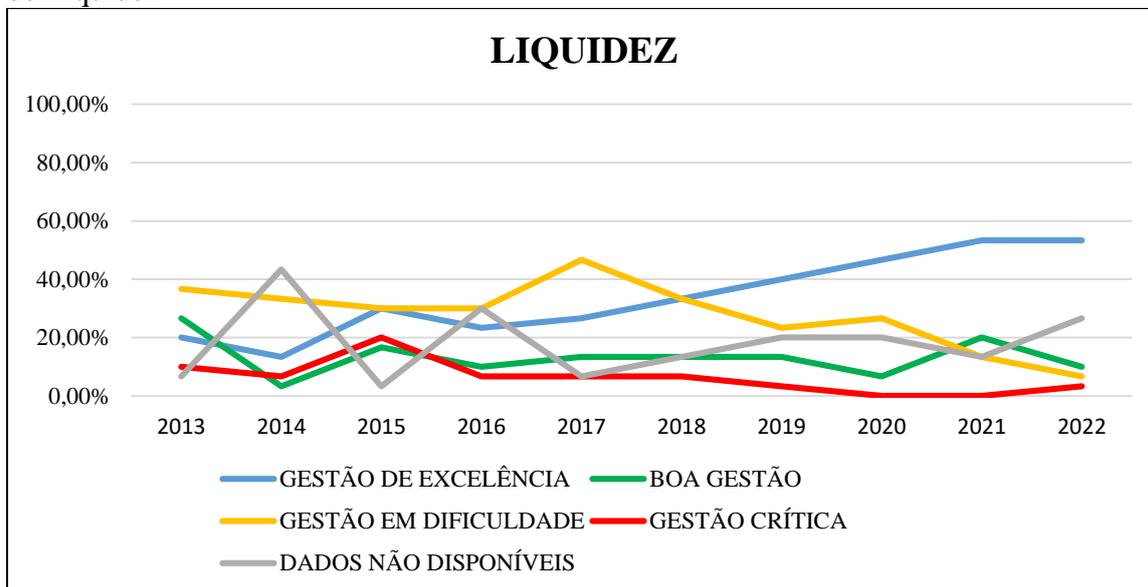
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 6: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Gasto com pessoal



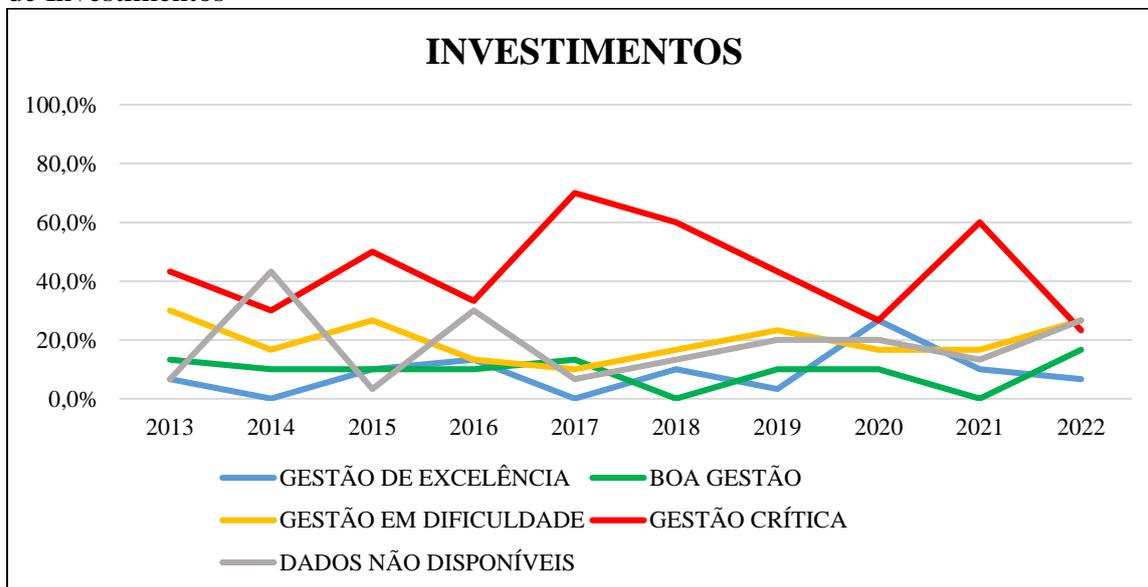
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 7: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Liquidez



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 8: Evolução do percentual de municípios do grupo 1 por classificação no índice de Investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Quanto ao índice de Autonomia (Gráfico 5) os resultados apontam para melhorias ao longo do tempo, destaca-se a redução de 93% para 50% de municípios classificados como “gestão crítica”, em 2022, surgindo paralelamente uma parcela de 20% de entes municipais classificados em “boa gestão” e “gestão de excelência”. A referida evolução

vai ao encontro da crescente do estado no que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB). Alagoas vem alavancando seu PIB após o primeiro ano da pandemia da Covid-19, onde apresentou crescimento de 3% em relação ao ano de 2021.

Contudo, cabe ressaltar o alarmante crescimento do percentual de municípios com “dados não disponíveis”, que subiu de 13% em 2021 para 27% em 2022, representando um crescimento de 14%.

Tabela 7: Municípios do grupo 1 que se destacaram no índice de Autonomia

Municípios	2022	Classificação
Taquarana	0,722	Boa gestão
Água Branca	0,848	Gestão de Excelência

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

De forma geral, analisando a amostra, infere-se que o grupo tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito a melhora do índice, para que de certa forma o grau de dependência de recursos intergovernamentais caia ao longo dos anos, e, com sua própria arrecadação, os municípios se sustentem.

No que diz respeito ao segundo indicador analisado, gasto com pessoal, os resultados gerais, apesar de indicarem que 60%, em média, dos municípios deste grupo apresentaram uma gestão crítica (Gráfico 2), os resultados apresentados no gráfico 6 revelam que esse percentual tem influência dos primeiros anos estudados, visto que, em 2013, 87% dos municípios estavam enquadrados na faixa de gestão crítica, caindo para 27% em 2022. Em contrapartida, o percentual de municípios classificados na faixa de “gestão de excelência” cresceu de 7% para aproximadamente 37%.

Pertinente a este resultado, a Firjan traz em seu catálogo de 2023, informações gerais que fomentaram a crescente positiva no que diz respeito aos resultados dos últimos anos para o referido índice.

Ainda é importante ressaltar que, em 2020, algumas ações foram implementadas para dar prioridade aos gastos relacionados à pandemia e prevenir o crescimento irresponsável das despesas com pessoal. Portanto, a criação de postos de trabalho públicos, a admissão de funcionários, a concessão de reajustes e aumentos salariais foram restringidos apenas às circunstâncias relacionadas à situação de emergência pública. Adicionalmente, as contribuições patronais devidas aos regimes de previdência foram suspensas (Lei Complementar 173 de 2020) (Firjan, 2023).

Este ponto apresentado, atrelado ao contexto de altas receitas, indicam a evolução cronológica para atingir o índice apresentado em 2022.

Os municípios que se destacaram no indicador de gasto com pessoal em 2022 estão expostos na tabela 8:

Tabela 8: Municípios do grupo 1 que se destacaram no índice Gasto com Pessoal

Municípios	2022	Classificação gasto com pessoal
Água Branca	1,00	Gestão de Excelência
Piaçabuçu	1,00	Gestão de Excelência
Estrela de Alagoas	1,00	Gestão de Excelência
Inhapi	1,00	Gestão de Excelência
Poço das Trincheiras	1,00	Gestão de Excelência
Quebrangulo	1,00	Gestão de Excelência
Pariconha	1,00	Gestão de Excelência
Santana do Mundaú	0,961	Gestão de Excelência
Taquarana	0,878	Gestão de Excelência
Ouro Branco	0,870	Gestão de Excelência
Anadia	0,845	Gestão De Excelência

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

O índice de liquidez do grupo estudado aponta resultados satisfatórios, uma vez que esse indicador apresentou o maior percentual médio de municípios classificados na categoria “gestão de excelência” (34%) (Gráfico 3) dentre as cinco categorias estudadas de indicadores de gestão fiscal. Evidencia-se ainda, no gráfico 7, a evolução do referente indicador foi exponencial, tendo a categoria “gestão de excelência” alavancado de 20% em 2013 para a marca de 53% em 2022.

Destaque para a cidade de Poço das Trincheiras, que obteve a média de 0,995 na década, o que mostra que a cidade está mantendo com excelência a capacidade de pagamento de suas dívidas, não concentrando grande parte das despesas para o exercício seguinte. Também se destacam os municípios de Taquarana, Coité do Noíá, Messias, Ouro Branco e Cacimbinhas, todos classificados com “gestão de excelência”, durante todo o período de investigação.

Importante ressaltar que no indicador de liquidez, a categoria “gestão crítica”, que figura como líder nos resultados gerais dos outros indicadores, autonomia, gasto com pessoal e investimentos, obteve o menor percentual médio de municípios nela enquadrados, com cerca de 6% conforme o gráfico 3 e apenas 3% no ano de 2022, de acordo com o gráfico 7.

No que diz respeito ao indicador de investimentos, que é a aplicação de recursos em obras de infraestrutura e bens permanentes, verifica-se que o maior percentual médio de municípios enquadrados nas categorias elencadas se refere a “gestão crítica”, com um percentual de 44% para a década estudada, (Gráfico 4). Esta categoria teve o maior pico

em 2017, com percentual de 70%, nesse mesmo ano nenhum município conseguiu figurar na categoria de “gestão de excelência”, como pode ser observado no gráfico 8. Apenas no ano de 2020, a referida categoria conseguiu figurar entre os maiores percentuais, com cerca de 27%, refletindo de forma lógica as políticas aplicadas para o combate ao COVID-19, os números voltaram a cair nos anos posteriores, indicando predominância da “gestão crítica” para o referido grupo.

4.2 Indicadores de gestão fiscal dos municípios de pequeno porte II

A tabela 9 indica a média e o desvio padrão dos indicadores de gestão fiscal dos municípios alagoanos elencados no grupo 2.

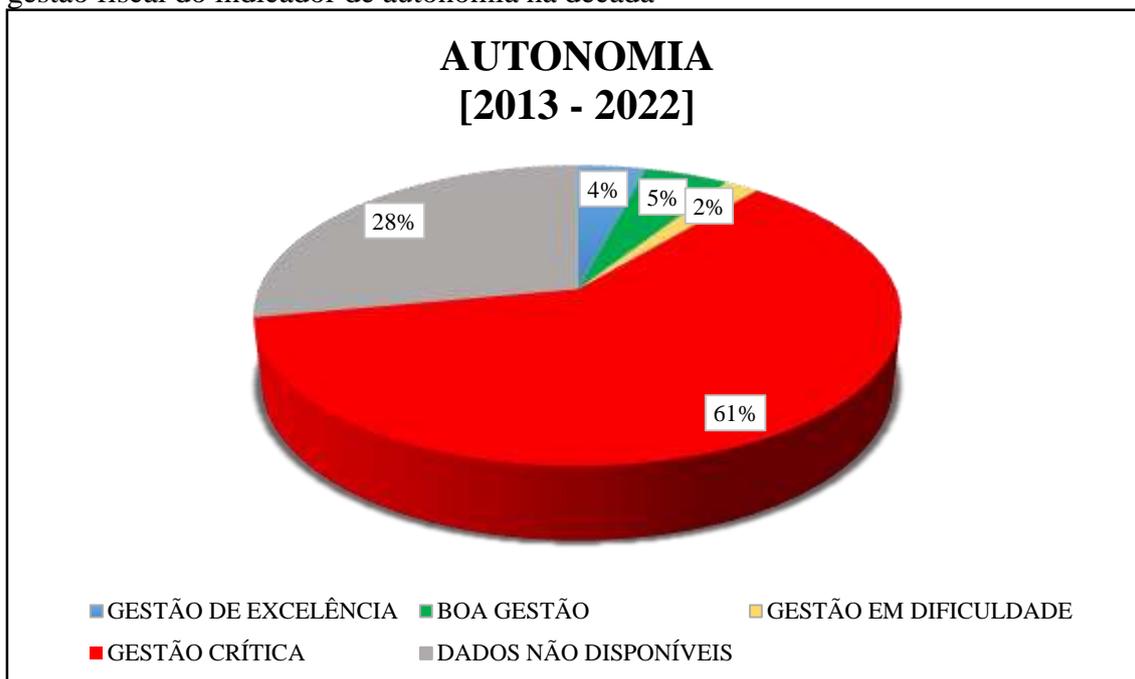
Tabela 9: Resultado simplificado dos indicadores IFGF dos municípios alagoanos do grupo 2.

GRUPO 2 POP ATÉ 50.000 HABITANTES	AUTONOMIA [2013-2022]		GASTO COM PESSOAL [2013-2022]		LIQUIDEZ [2013-2022]		INVESTIMENTO [2013-2022]	
	σ	μ	σ	μ	σ	μ	σ	μ
	0,245	0,107	0,262	0,217	0,142	0,402	0,142	0,249
SITUAÇÃO	GESTÃO CRÍTICA		GESTÃO CRÍTICA		GESTÃO EM DIFICULDADE		GESTÃO CRÍTICA	

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

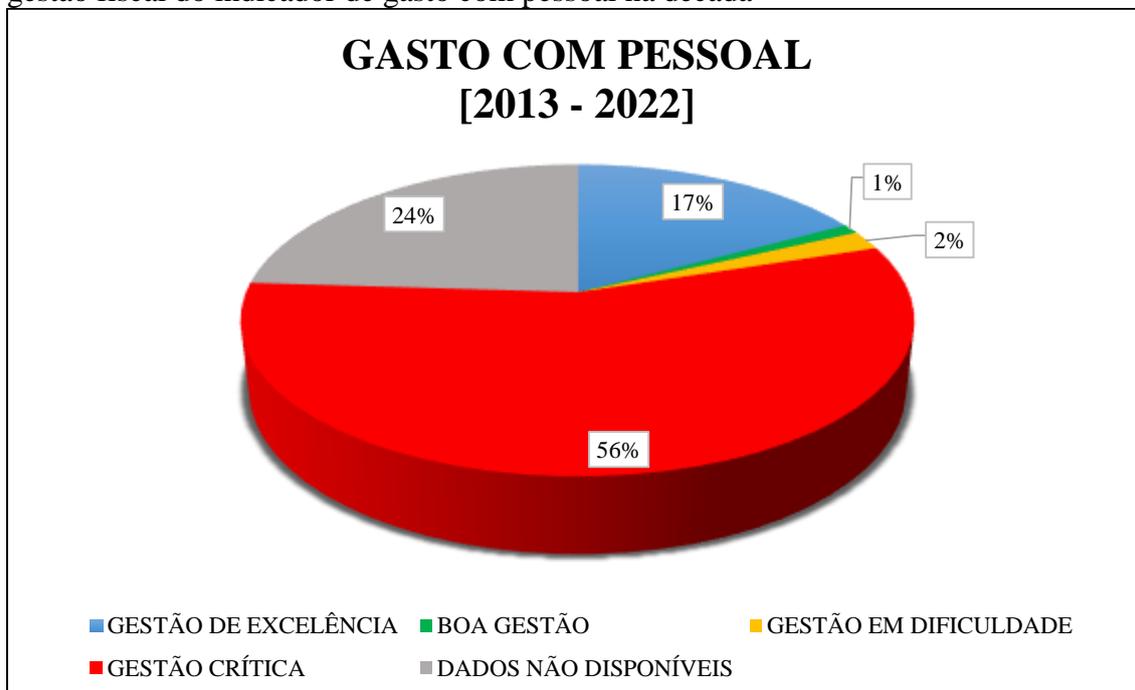
Os resultados apontam predominância para classificação de “gestão crítica” nos índices de autonomia, gasto com pessoal e investimentos, indicando resultados semelhantes ao primeiro grupo analisado.

Gráfico 9: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década



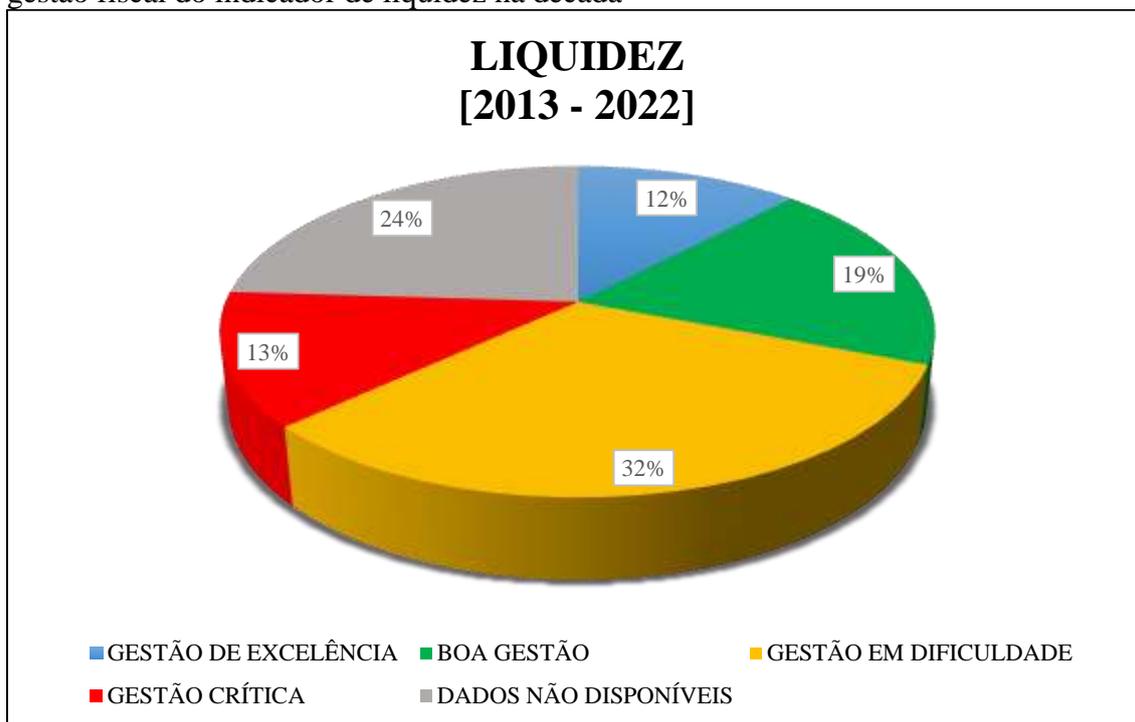
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 10: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 11: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 12: Percentual médio do número de municípios do grupo 2, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década

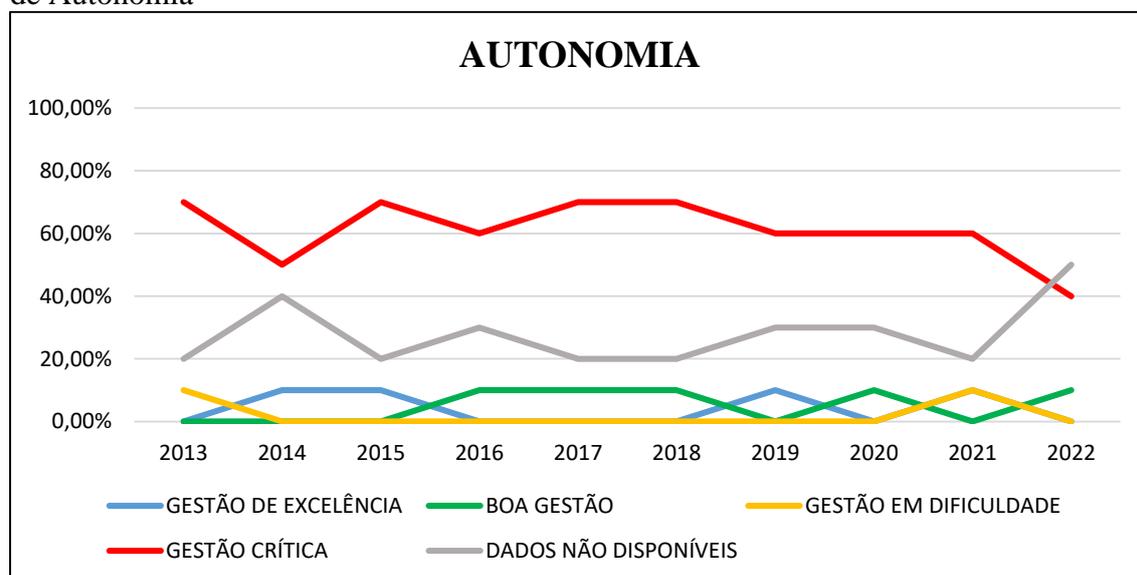


Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Os gráficos 9, 10 e 12 indicam resultados análogos ao primeiro grupo analisado, com a predominância da classificação de “gestão crítica” para os indicadores de autonomia, gasto com pessoal e investimentos, representando, respectivamente, percentuais de 61%, 56% e 52%. Para o indicador de liquidez, (Gráfico 11) verifica-se que a categoria “gestão em dificuldade” apresentou o maior percentual entre as cinco classificações, com 32% dos municípios apresentando dificuldades para pagamento de suas dívidas. Os municípios classificados em “boa gestão” e “gestão de excelência” representam 19% e 12%, respectivamente, indicando que é possível atingir bons índices a partir do melhor gerenciamento dos recursos arrecadados.

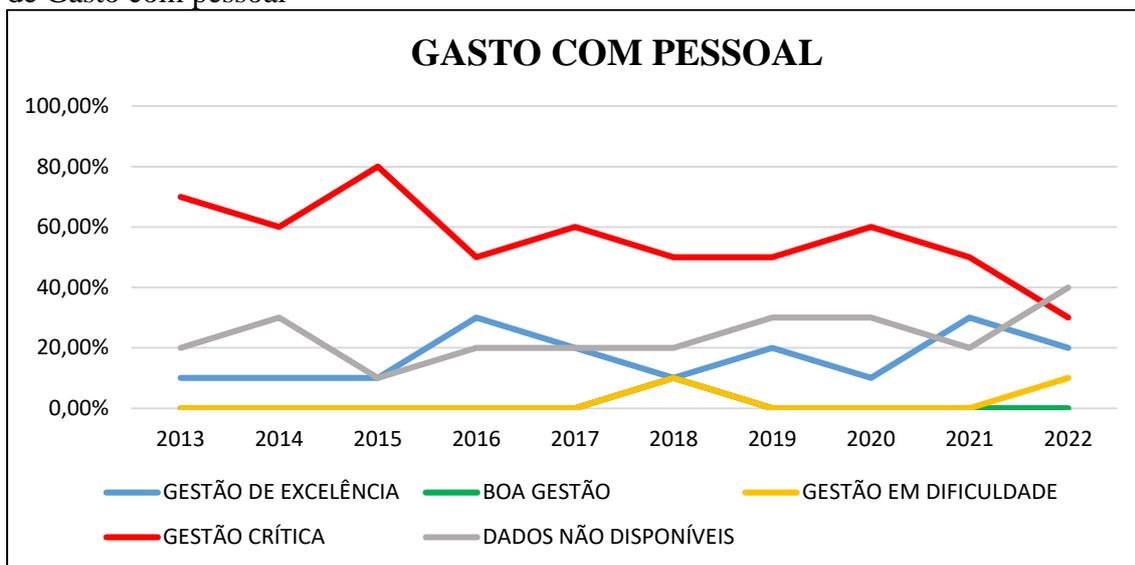
Os gráficos 13, 14, 15 e 16 evidenciam a evolução dos municípios pertencentes ao grupo 2, sendo possível verificar mais precisamente no ano de 2022, último ano da década analisada, a redução da categoria de “gestão crítica” em todos os indicadores, apontando evolução dos municípios para os próximos anos.

Gráfico 13: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Autonomia



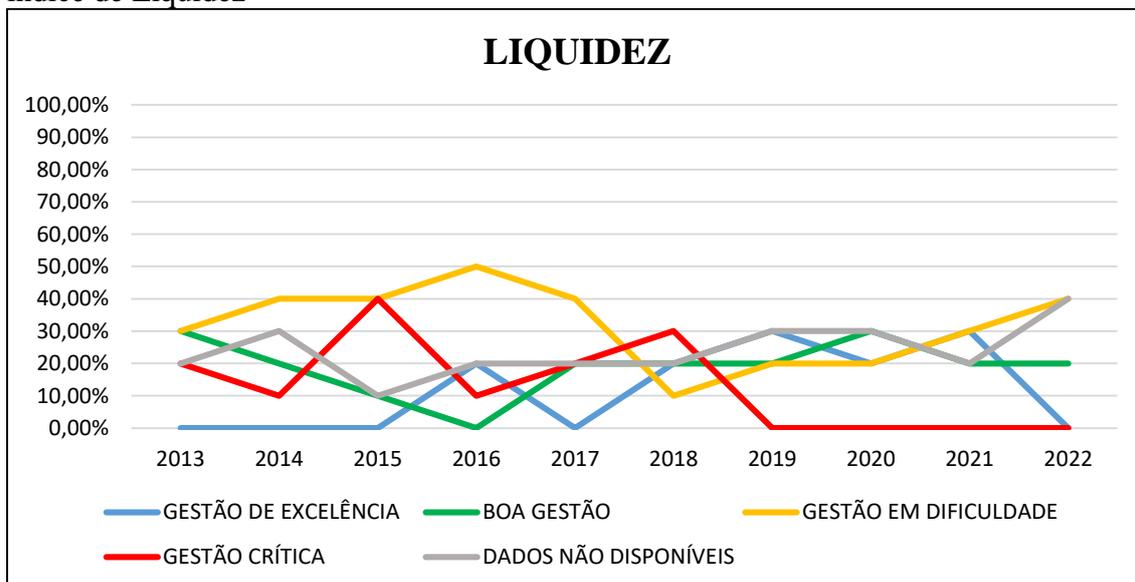
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 14: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Gasto com pessoal



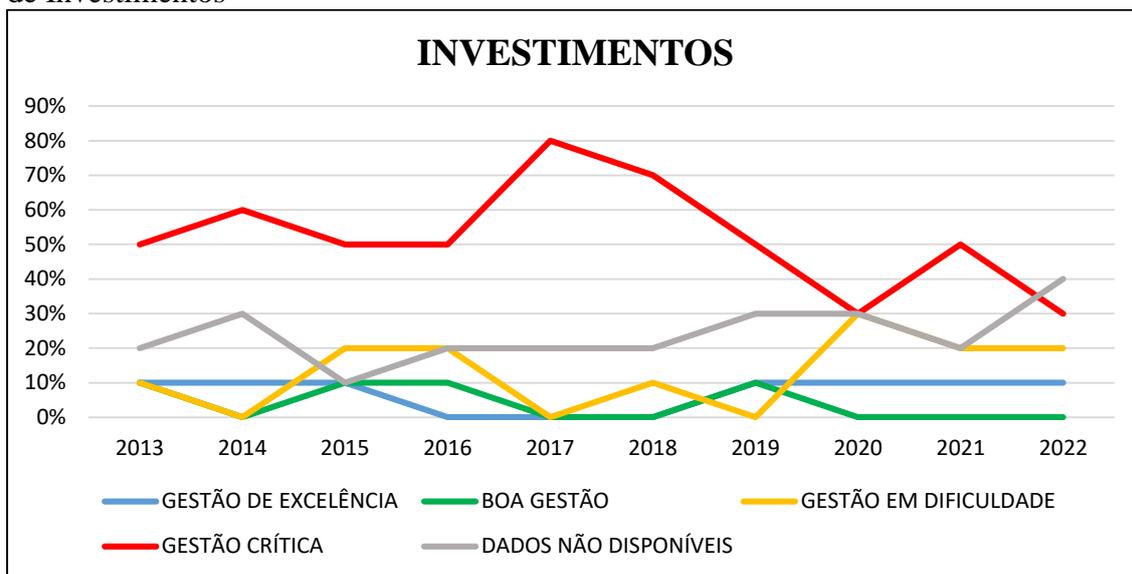
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 15: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Liquidez



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 16: Evolução do percentual de municípios do grupo 2 por classificação no índice de Investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Referente à autonomia, observa-se que o grupo 2, composto pelos municípios com população de até 50.000 habitantes, evidencia resultados de “gestão crítica”, com percentual médio de 61% no período de 2013 a 2022 (Gráfico 9). Em quase todos os anos estudados, este grupo apresentou predominância de “gestão crítica”, com exceção de 2022, quando a classificação de “dados não disponíveis” liderou as estatísticas com 50%, dado que serve de alerta para os municípios disponibilizarem esses dados nos próximos anos, (Gráfico 13). O percentual de municípios na categoria de “gestão de excelência” limitou-se a 10% nos anos de 2014, 2015 e 2019, como pode ser observado no gráfico 13.

Neste índice, destaque para o município de pilar, que foi o único ente federado que transitou entre as categorias de “boa gestão” e “gestão de excelência”, durante o período analisado, apresentando boa capacidade de autossustento, sem dependência dos recursos das outras esferas.

Gráfico 17: Evolução do município de Pilar, no período de 2013 a 2022

Fonte: Firjan (2023)

Pertinente ao segundo indicador analisado, gasto com pessoal, observa-se no gráfico 14 que, no ano de 2015, o grupo 2 obteve o maior índice de “gestão crítica”, com um percentual de 80%. Dessa forma, apenas um município, Santana de Ipanema, apresentou “gestão de excelência”, obtendo nota máxima entre 2013 e 2021. No geral, este índice não apresentou grandes variações no que diz respeito à entrada de novos municípios na categoria “gestão de excelência”, variando de 10% a 30% do total analisado. A média total referente à década foi de 17% de “gestão de excelência” e 56% de “gestão crítica”, (Gráfico 10).

Consoante aos resultados referentes ao indicador de liquidez, verifica-se que a maior média está concentrada em municípios com “gestão em dificuldade”, totalizando 32% para esta categoria (Gráfico 11). As classificações “gestão de excelência” e “gestão crítica” obtiveram respectivamente médias de 12% e 13% conforme o gráfico 11. Destaque novamente para o município de Pilar, que obteve média para a década estudada de 0,598, maior entre as 10 cidades investigadas. O município de Maragogi obteve a nota máxima em dois exercícios, 2019 e 2020, caindo para 0,747 no exercício de 2022.

No geral, os resultados indicam que os municípios estão encontrando dificuldades para pagamento de suas dívidas durante os exercícios correntes.

No que tange ao indicador de investimentos, consoante o gráfico 12, verifica-se a média de 52% para municípios com “gestão crítica”, 13% para “gestão em dificuldades” e 7% para “gestão de excelência”. Analisando de forma detalhada com os dados que podem ser observados no gráfico 16, verifica-se que em todos os exercícios a categoria

“gestão crítica” esteve à frente das demais. As categorias de “gestão de excelência” e boa gestão fiscal atingiram o máximo de 10% como os melhores resultados.

Neste indicador, o destaque vai para o município de Pilar, que apesar de estar incluído na categoria “gestão em dificuldade”, obteve média de 0,525, maior dentre os integrantes desta categoria, alcançando nota máxima nos últimos dois exercícios, como segue no gráfico 6.

Gráfico 18: Evolução do município de Pilar, no período de 2013 a 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

4.3 Indicadores de gestão fiscal aplicado sobre os municípios de médio porte

A tabela 10 indica a média e o desvio padrão dos indicadores de gestão fiscal dos municípios alagoanos elencados no grupo 3.

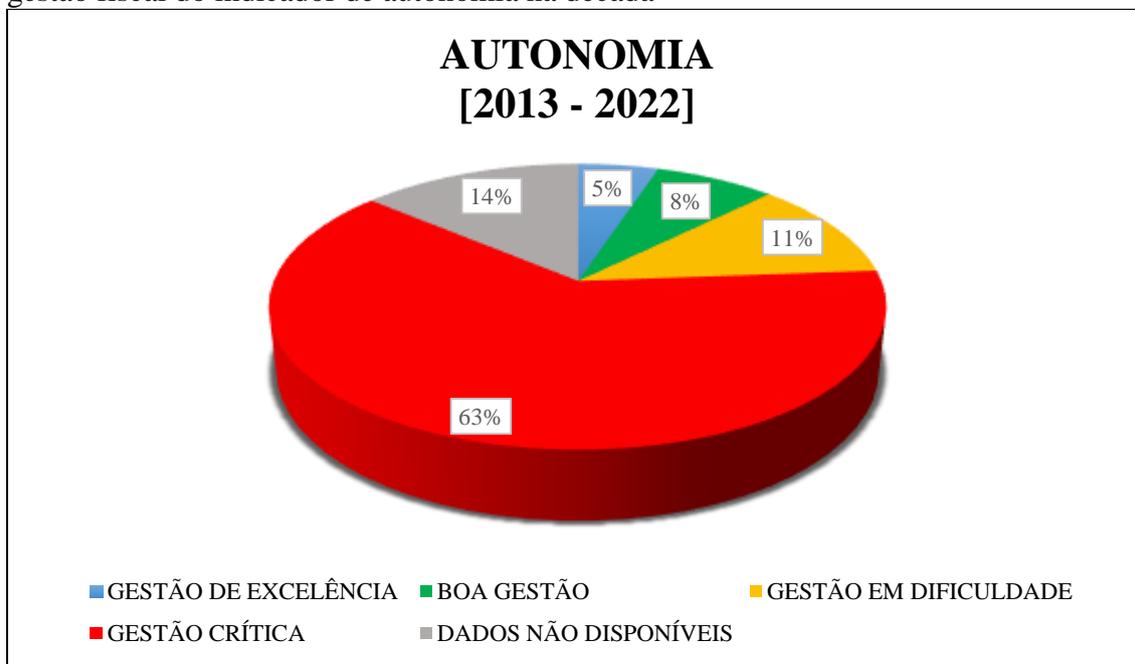
Tabela 10: Resultado simplificado dos indicadores IFGF dos municípios alagoanos do grupo 3

GRUPO 3 POP ATÉ 100.000 HABITANTES	AUTONOMIA [2013-2022]		GASTO COM PESSOAL [2013-2022]		LIQUIDEZ [2013-2022]		INVESTIMENTOS [2013-2022]	
	σ	μ	σ	μ	σ	μ	σ	μ
	0,169	0,248	0,202	0,304	0,196	0,588	0,113	0,326
SITUAÇÃO	GESTÃO CRÍTICA		GESTÃO CRÍTICA		GESTÃO EM DIFICULDADE		GESTÃO CRÍTICA	

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Seguindo o resultado dos grupos anteriores, verifica-se que os oito municípios pertencentes à categoria de entes federados de médio porte apresentam resultados de “gestão crítica” nos índices de autonomia, gasto com pessoal e investimentos.

Gráfico 19: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década



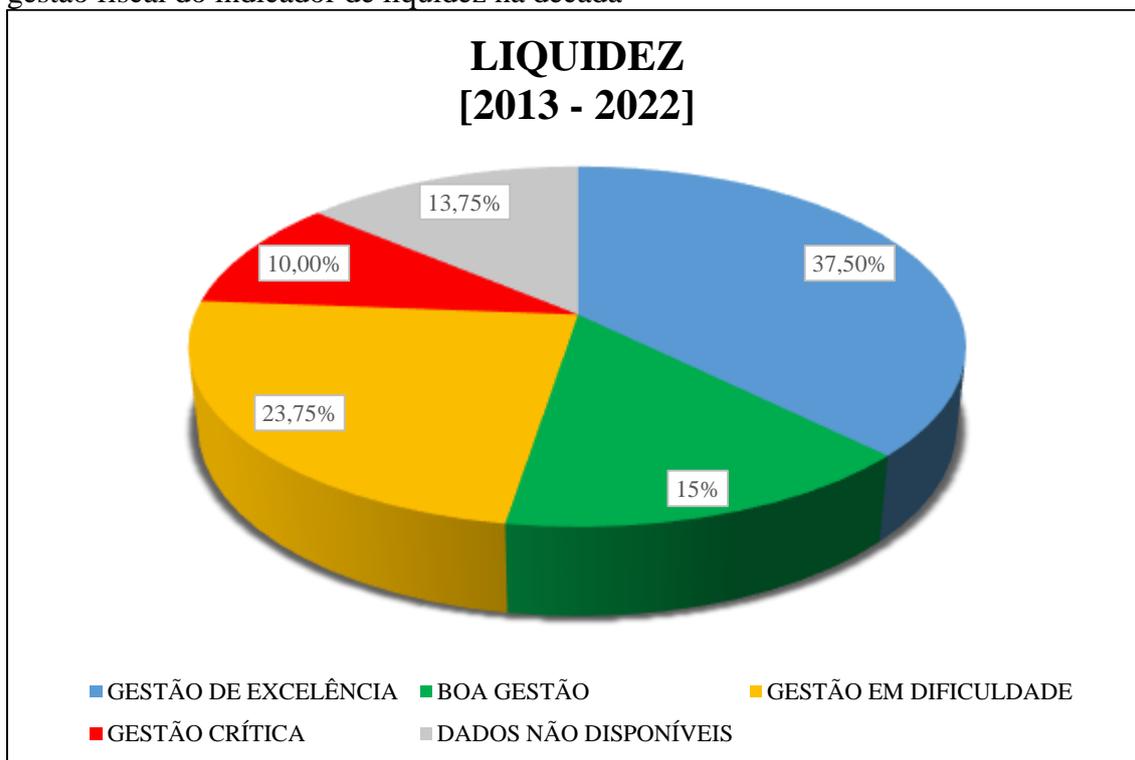
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 20: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década.



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 21: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

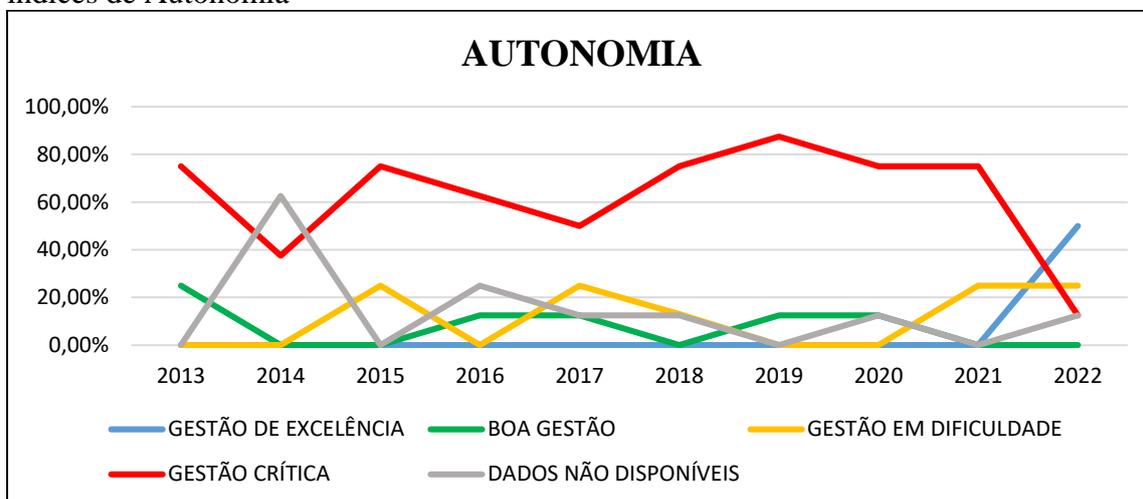
Gráfico 22: Percentual médio do número de municípios do grupo 3, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

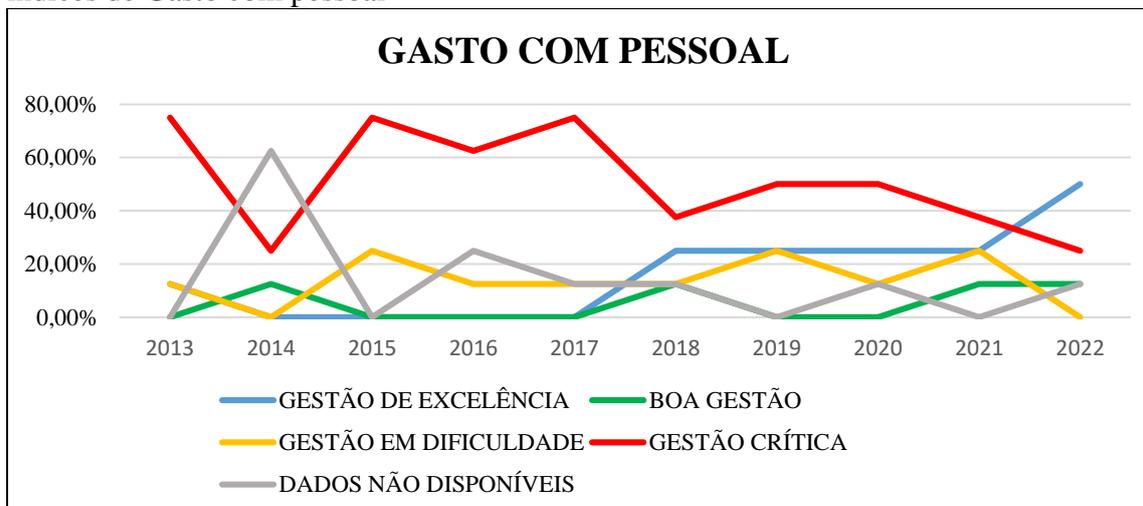
Os resultados apresentados nos gráficos 19, 20 e 22 indicam percentuais acima de 50% de categoria de “gestão crítica” para os índices de autonomia, gasto com pessoal e investimentos, 63%, 51% e 55% respectivamente. Já no tocante ao índice de liquidez, visualizam-se bons resultados, com percentual acima de 50% se somados as categorias de “gestão de excelência” e “boa gestão”, com respectivos 37% e 15%, ainda referente ao índice de liquidez nota-se que a categoria “gestão crítica” apresentou o menor resultado dentre as cinco categorias de gestão, com apenas 10%.

Gráfico 23: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de Autonomia



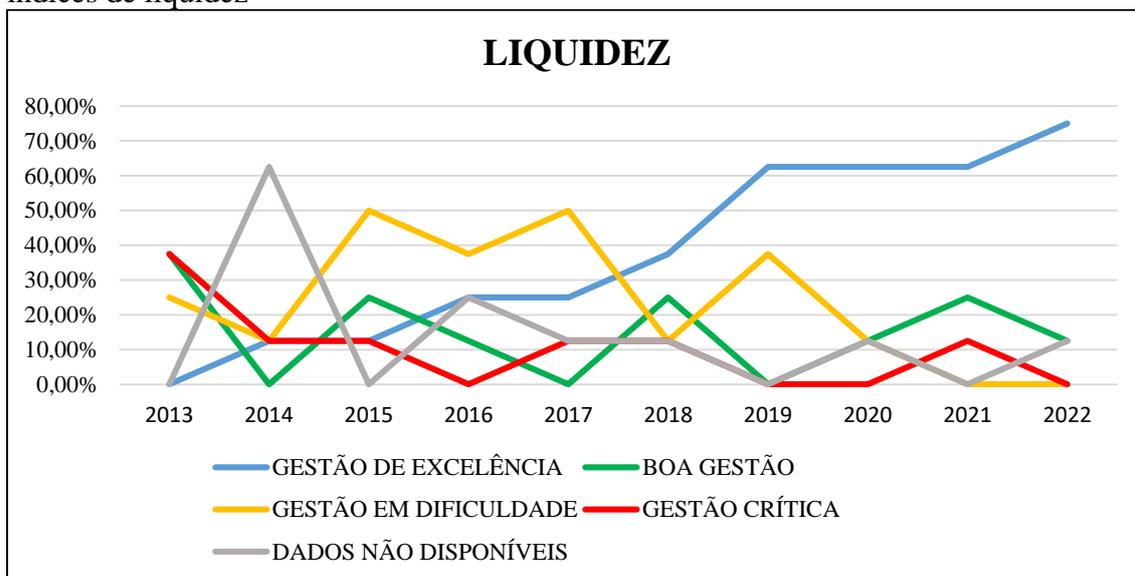
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 24: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de Gasto com pessoal



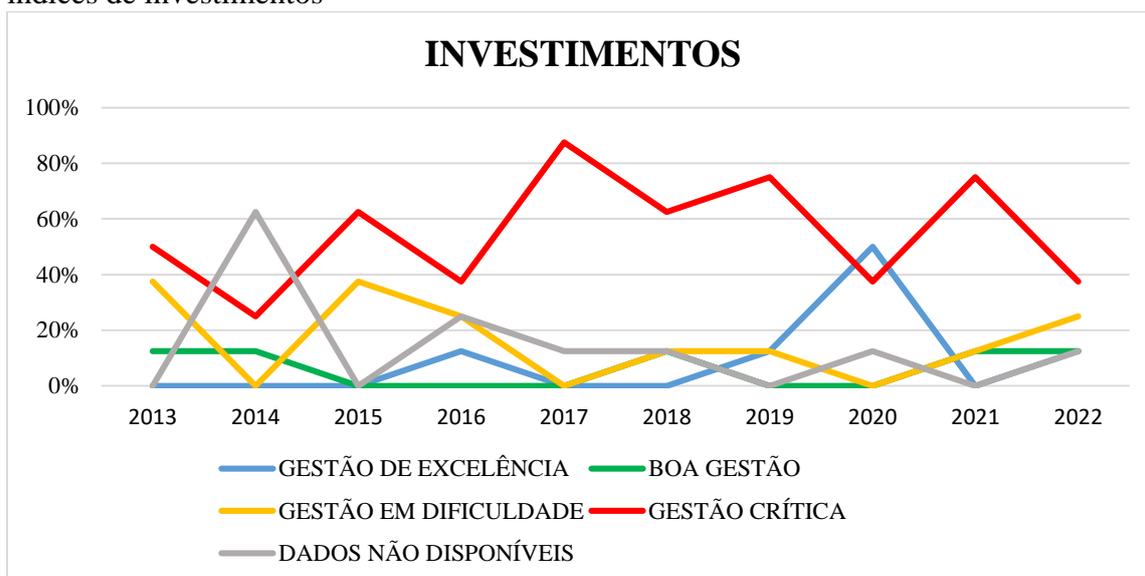
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 25: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de liquidez



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 26: Evolução do percentual de municípios do grupo 3 por classificação nos índices de investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Analisando de forma específica o primeiro indicador, que discorre sobre a autonomia dos municípios, tratando da capacidade de se sustentarem sem precisar de transferências intergovernamentais, observa-se que ao longo da década estudada, uma média de 63% encontrou-se em “gestão crítica”, seguido de 11% referente a municípios com “gestão em dificuldade”, e 8% com “boa gestão”. 19% dos municípios não apresentaram dados para análise, (Gráfico 19).

No tocante à evolução deste indicador [autonomia], como evidenciado no gráfico 23, observa-se que no ano de 2022, último ano de análise, a categoria “gestão de excelência” passou a liderar as estatísticas, com um total de 50%, mais do dobro da segunda categoria “gestão em dificuldade”, com 25%. Destaque para o município de São Miguel dos Campos, que atingiu a nota máxima no ano de 2022, seguido de Delmiro Gouveia e Palmeira dos Índios, com respectivamente 0,913 e 0,875.

Com relação aos resultados do indicador de “gasto com pessoal”, conforme gráfico 20, observa-se que em média 50% dos municípios figuraram na categoria de “gestão crítica” para o período estudado, acompanhado de 16% de municípios com “gestão de excelência”, municípios em “gestão de dificuldade” totalizam cerca de 14% da amostra. Destaque para os anos de 2013, 2015 e 2017 nos quais 75% dos municípios apresentaram-se com “gestão crítica” dos seus gastos com pessoal. A partir de 2018, o percentual de municípios classificados nessa categoria cai abruptamente, chegando a 25%, em 2022, (Gráfico 24).

Acompanhando o índice anterior, a categoria de gestão de excelência liderou no ano de 2022, neste indicador [gasto com pessoal], totalizando 51% como pode ser observado no gráfico 24, mostrando evolução e boas perspectivas para os anos futuros, destaque para os municípios de São Miguel dos Campos, Penedo e Delmiro Gouveia, que atingiram nota máxima para o referido indicador no ano supracitado.

No que se refere ao índice de liquidez, conforme gráfico 21, observou-se que, ao longo da década estudada, 37% dos municípios encontraram-se em gestão de excelência, o que mostra que esta parcela está gerenciando de forma correta o pagamento de suas dívidas no referente exercício, não deixando os restos a pagar para o ano subsequente. Percebe-se um crescimento exponencial no percentual de municípios enquadrados com o nesta categoria de gestão, neste indicador [liquidez]. Em 2013 nenhum município se enquadrou nesta categoria, em 2016 já havia 25% de municípios apresentando “gestão de excelência”, em 2019 passou para 62%, chegando a 75% em 2022, equivalente a 6 municípios dos 8 estudados, (Gráfico 25).

Destaque para o município de Marechal Deodoro, que durante o período de 2014 a 2021, obteve nota máxima no referente índice, no ano de 2022, Coruripe, São Miguel dos Campos e Delmiro Gouveia alcançaram a nota máxima, Palmeira dos Índios, União dos Palmares e Penedo com 0,967, 0,926 e 0,853 respectivamente também conseguiram a classificação de excelência.

Quanto à aplicação do indicador de investimentos, o gráfico 22 indica que, em média, 55% dos municípios do grupo 3 encontraram-se em “gestão crítica” no referido período, 16% em “gestão de dificuldade” e 8% em “gestão de excelência”. Como pode ser observado no gráfico 26, apenas no ano de 2020 o percentual de municípios de “gestão de excelência” foi superior aos demais.

4.4 Indicadores de gestão fiscal aplicado sobre o município de grande porte

A tabela 11 indica a média e o desvio padrão dos indicadores de gestão fiscal do município de Arapiraca.

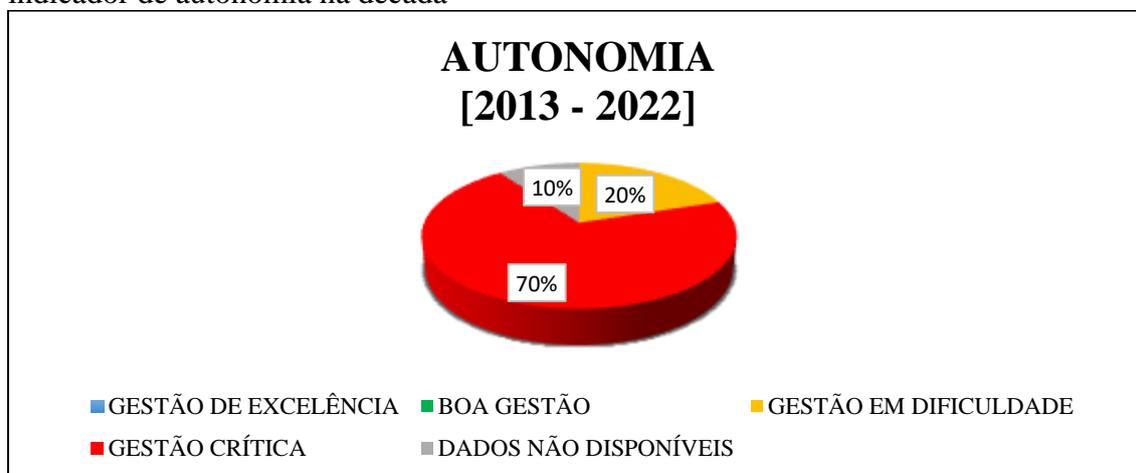
Tabela 11: Resultado simplificado dos indicadores IFGF do município de Arapiraca

GRUPO 4 POP ATÉ 900.000 HABITANTES	AUTONOMIA [2013-2022]		GASTO COM PESSOAL [2013-2022]		LIQUIDEZ [2013-2022]		INVESTIMENTO [2013-2022]	
	σ	μ	σ	μ	σ	μ	σ	μ
	0,189	0,207	0,328	0,454	0,179	0,614	0,170	0,277
SITUAÇÃO	GESTÃO CRÍTICA		GESTÃO EM DIFICULDADE		BOA GESTÃO		GESTÃO CRÍTICA	

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

De forma geral, os resultados indicam gestão crítica na aplicação dos índices de autonomia e investimentos. Visualiza-se que, para o índice gasto com pessoal, o município de Arapiraca apresentou classificação de “gestão em dificuldade”. Destaque para os resultados pertinentes à liquidez, onde o município obteve nota 0,614 de média na década estudada, classificando-o na categoria de boa gestão.

Gráfico 27: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década



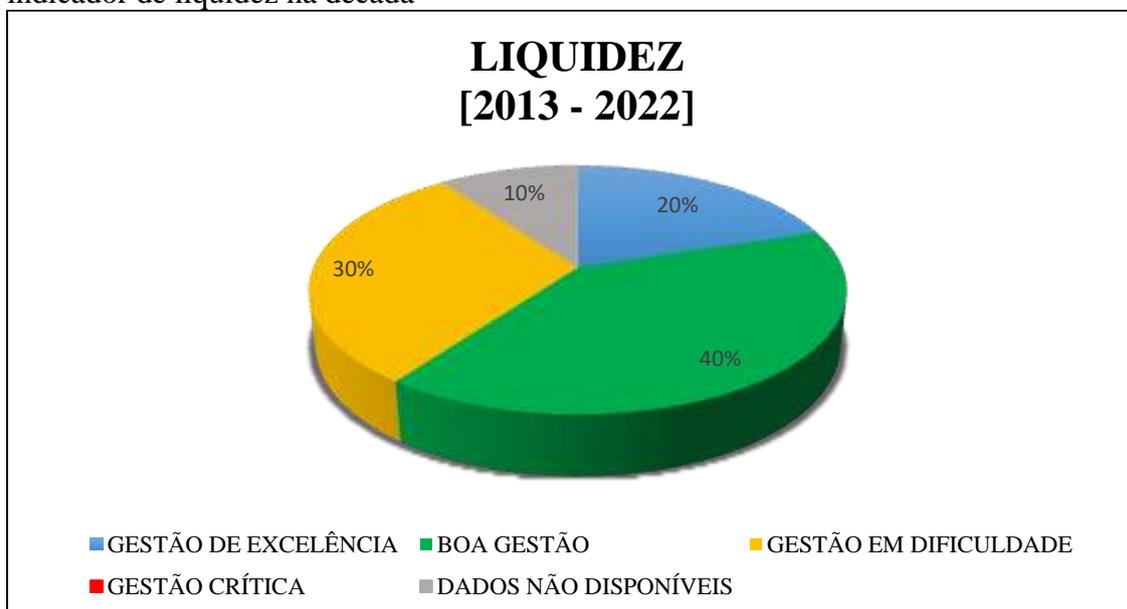
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 28: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 29: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

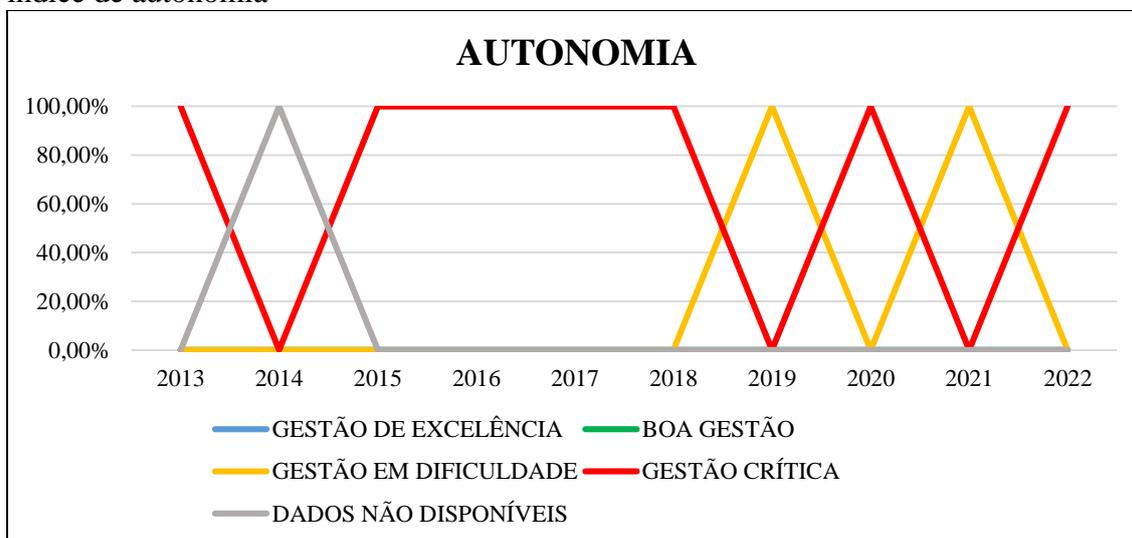
Gráfico 30: Percentual médio de Arapiraca, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Os gráficos 27, 28, e 30 indicam resultados com maiores percentuais de “gestão crítica” para os índices de autonomia, gasto com pessoal e investimentos na década estudada, embora que referente ao indicador gasto com pessoal, observa-se que a classificação de boa gestão figurou com percentual equivalente a 40%, indicando está próximo do equilíbrio para os anos subsequentes, (Gráfico 28). Referente ao índice de liquidez, observa-se que Arapiraca obteve resultados de 40% e 20% respectivos para a categoria de “boa gestão” e “gestão de excelência”, indicando o cumprimento das obrigações financeiras.

Gráfico 31: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de autonomia



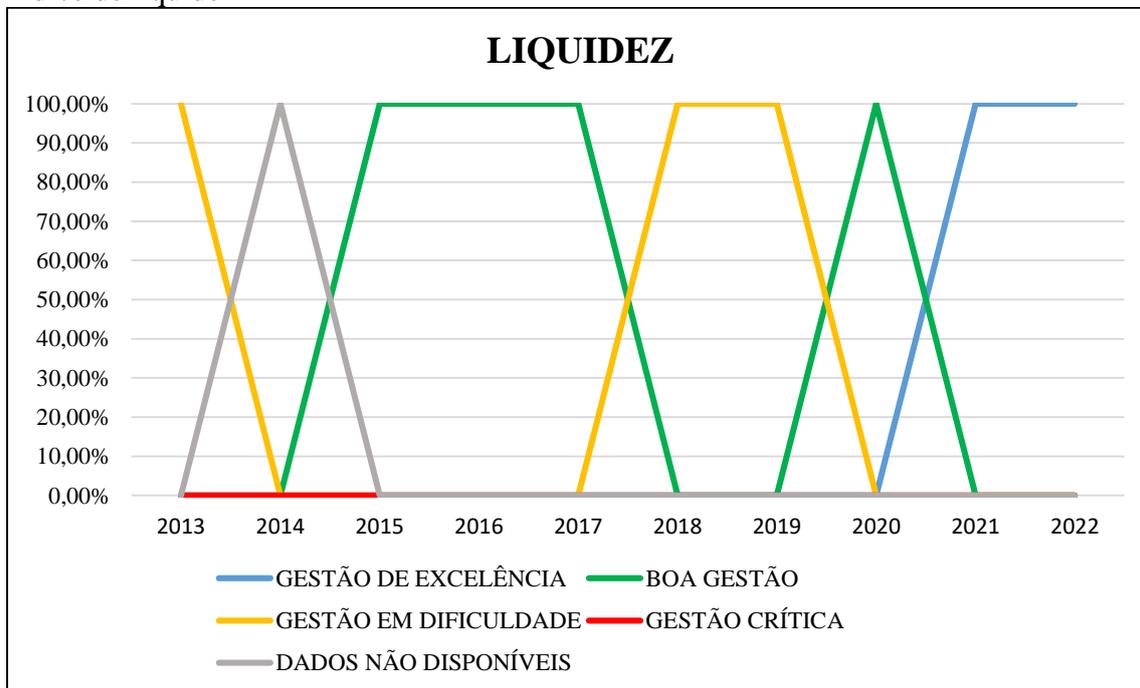
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 32: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de gasto com pessoal



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 33: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de liquidez



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

Gráfico 34: Evolução do percentual do município de Arapiraca por classificação no índice de investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023).

De modo específico, no que diz respeito à análise da evolução do índice de autonomia, gráfico 27, Arapiraca apresentou resultados ruins, mantendo-se em 70% dos anos analisados, na classificação de “gestão crítica” e em 20% dos anos na faixa de gestão em dificuldade, durante o período de 2013 a 2022. Observa-se que, no período entre 2015 e 2018, Arapiraca permaneceu na categoria de “gestão crítica”, (Gráfico 31), transitando nos anos subsequentes entre “gestão em dificuldade” e “crítica”. O que mostra que, ao longo do supracitado período, o município apresentou muitas dificuldades para se sustentar, tendo que recorrer às transferências das outras esferas, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), para aumento de suas receitas.

Concernente ao indicador de gasto com pessoal, no período de 2016 a 2019, o município obteve classificação de “gestão crítica”, (Gráfico 32). No entanto, nos últimos três anos do período de estudo, Arapiraca adentrou na categoria de “boa gestão”, como pode ser visualizado no gráfico 32. Dessa forma, esperam-se boas perspectivas para os próximos anos nesse indicador, uma vez que o ente federado não está comprometendo grande parte de sua receita com despesas de pessoal, como recomenda a LRF.

Na aplicação do índice de liquidez, verificou-se que o município, no período de 2015 a 2020, transitou entre as categorias de “boa gestão” e “gestão em dificuldade” (Gráfico 33). A partir disso, Arapiraca consolidou-se na categoria de “gestão de excelência”, inclusive obtendo nota máxima em 2021, indicando, dessa forma, que o município tem conseguido pagar suas dívidas no próprio exercício.

Referente ao indicador de investimentos, conforme (Gráfico 34), observa-se que o município transitou entre “gestão crítica” e “gestão em dificuldade” ao longo de todo o período analisado, apresentando “gestão crítica” na maior parte dos anos, indicando dessa forma baixo investimento de recursos no orçamento municipal, o que impacta diretamente nos serviços direcionados aos cidadãos.

4.5 Indicadores de gestão fiscal aplicado sobre a metrópole de Alagoas – Maceió

A tabela 12 indica a média e o desvio padrão dos indicadores de gestão fiscal do município de Maceió.

Tabela 12: Resultado simplificado dos indicadores IFGF do município de Maceió

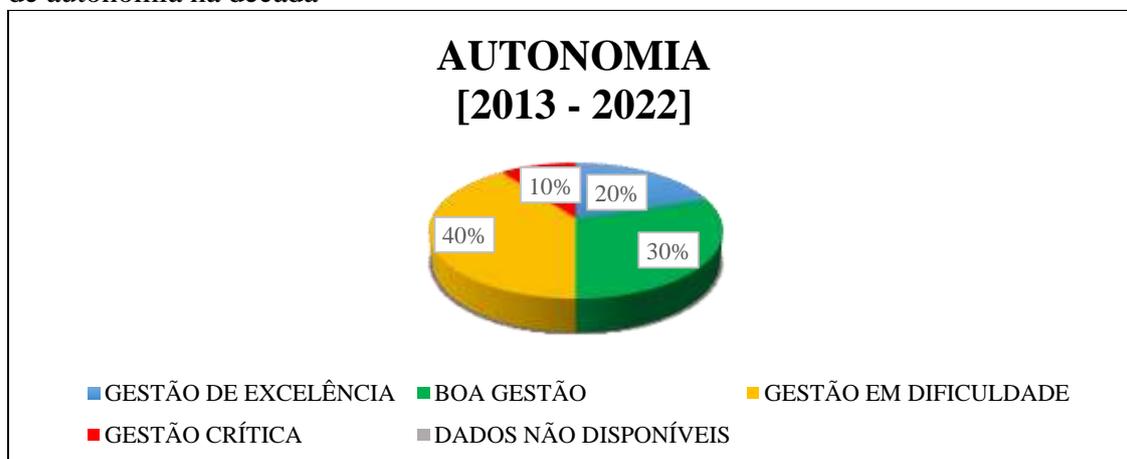
GRUPO 5 METRÓPOLE	AUTONOMIA [2013-2022]		GASTO COM PESSOAL [2013-2022]		LIQUIDEZ [2013-2022]		INVESTIMENTO [2013-2022]	
	σ	μ	σ	μ	σ	μ	σ	μ
	0,185	0,654	0,186	0,662	0,141	0,729	0,114	0,166
SITUAÇÃO	BOA GESTÃO		BOA GESTÃO		BOA GESTÃO		GESTÃO CRÍTICA	

Resultado simplificado dos indicadores IFGF do município de Maceió

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Visualiza-se que Maceió, metrópole de Alagoas, apresenta os melhores resultados em comparação com os demais grupos analisados. O município conseguiu enquadrar os índices de autonomia, gasto com pessoal e liquidez na classificação de boa gestão. O índice de investimentos foi o único a obter classificação de gestão crítica.

Gráfico 35: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de autonomia na década



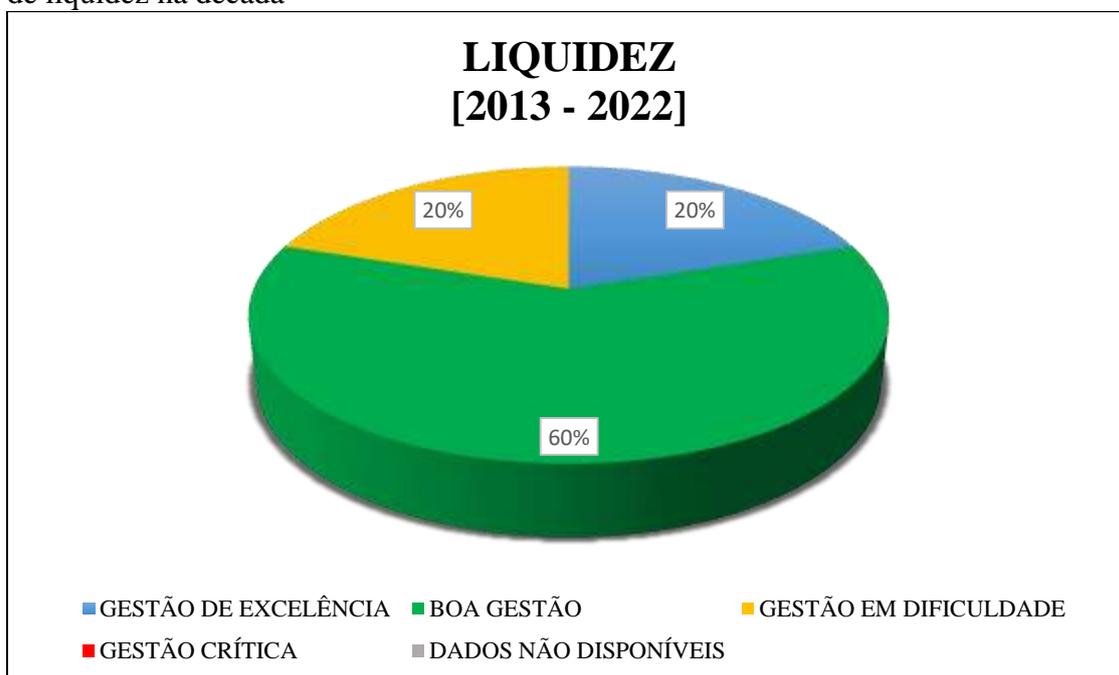
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 36: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de gasto com pessoal na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 37: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de liquidez na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

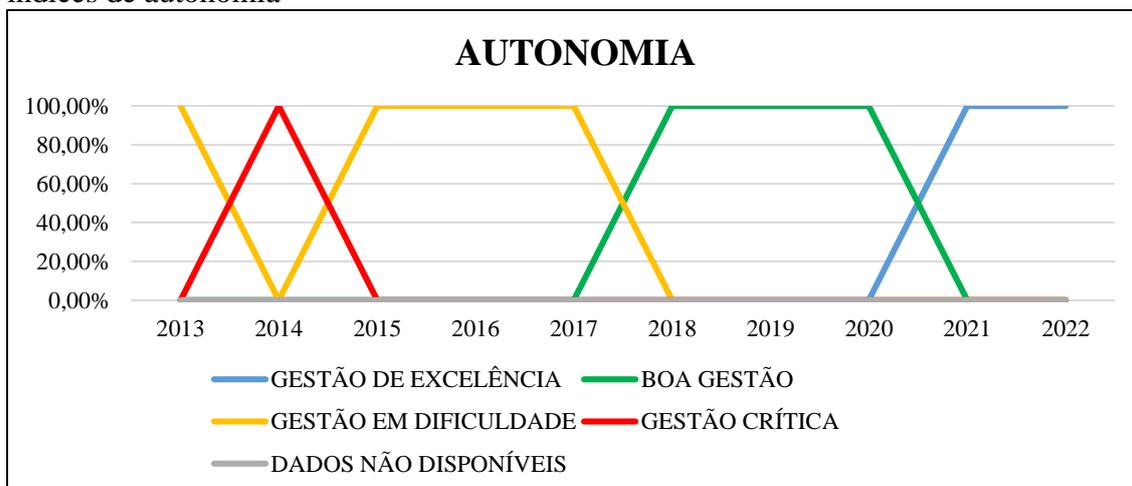
Gráfico 38: Percentual médio de Maceió, por classificação da gestão fiscal do indicador de investimentos na década



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

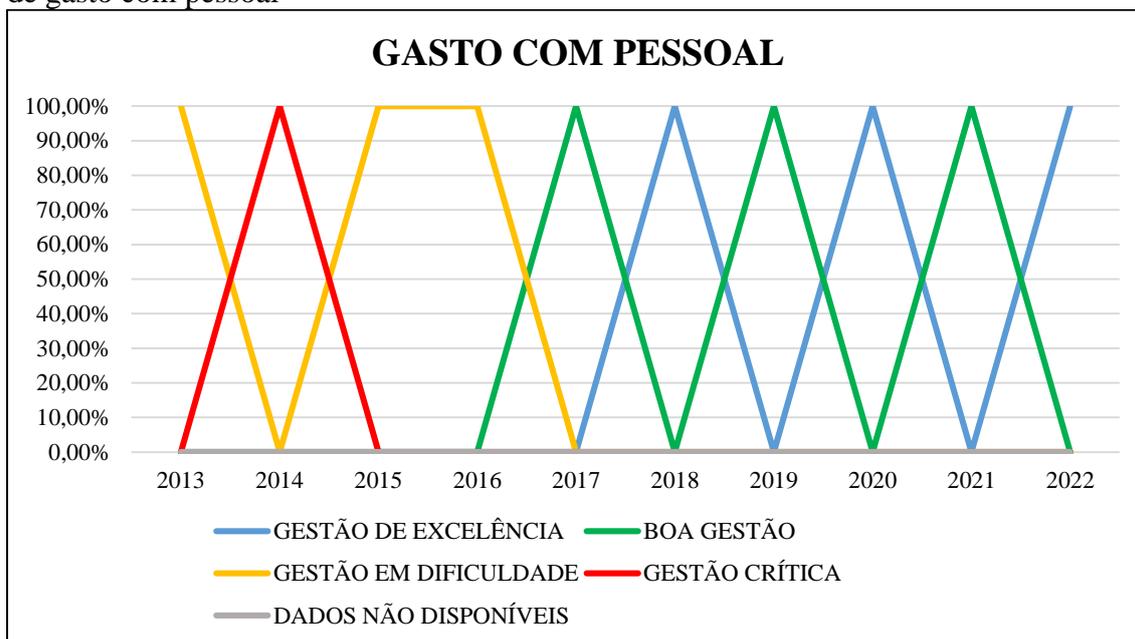
Os gráficos 35, 36 e 37 refletem bons números que município de Maceió apresenta nas categorias de autonomia, gasto com pessoal e liquidez, indicando respectivamente que o município consegue seu financiar sua estrutura administrativa, tem baixo volume de receitas comprometidas com despesas de pessoal, e consegue honrar seus compromissos sem deixar restos a pagar para os exercícios seguintes.

Gráfico 39: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação nos índices de autonomia



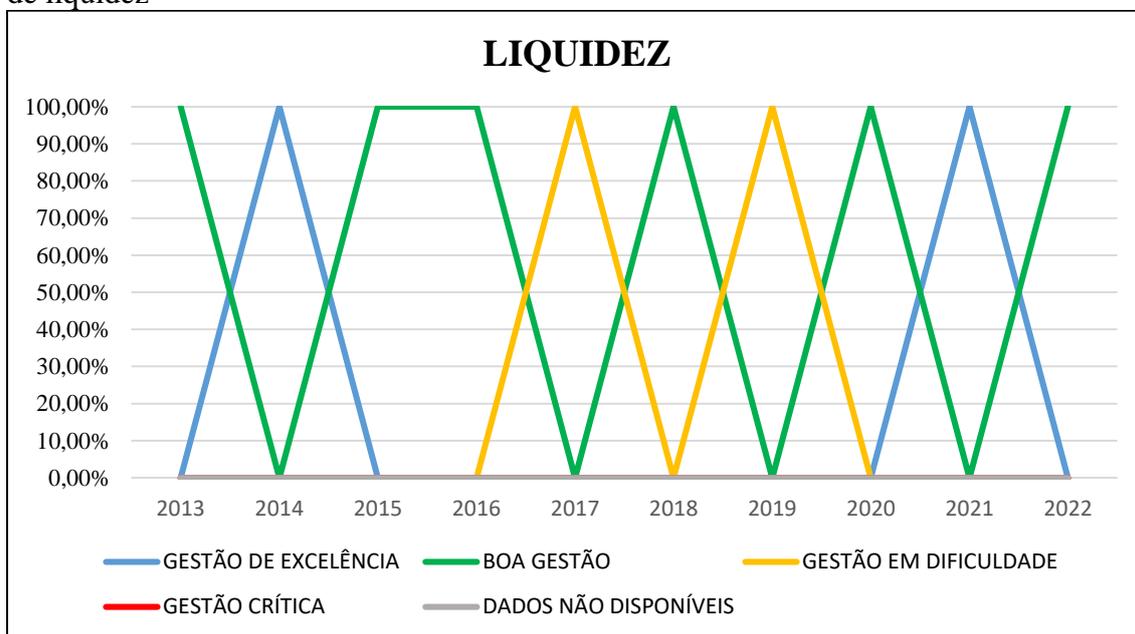
Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 40: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação no índice de gasto com pessoal



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 41: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação no índice de liquidez



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Gráfico 42: Evolução do percentual do município de Maceió por classificação no índice de investimentos



Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

A partir da análise do gráfico 39, verifica-se que, no que concerne ao índice de autonomia, o município de Maceió obteve evolução no período de 2013 a 2022, atingindo, a partir do ano de 2018, classificação de “boa gestão” e em 2021 foi enquadrado na categoria de “gestão de excelência”. Esta evolução também aconteceu nos índices de gastos com pessoal e índice de liquidez, onde, na primeira, observa-se que a partir do ano de 2017, o município alternou entre as categorias de “boa gestão” e “gestão de excelência”, indicando que o município está comprometido com os gastos com pessoal, não ultrapassando dessa forma os limites dispostos na LRF, (Gráfico 40). Com relação à liquidez, (Gráfico 41) no período compreendido de 2013 a 2022, o município nunca figurou na categoria de “gestão crítica”, apenas no ano de 2017 e 2019, teve sua classificação reduzida aos municípios com “gestão em dificuldade”, dessa forma, visualiza-se que nos últimos três anos, o município conseguiu pagar suas dívidas no exercício corrente.

Nos resultados apresentados, o único índice que destoou dos demais foi o de investimentos, (Gráfico 42), onde, foi verificado que no período de 2013 a 2021 o município de Maceió figurou na categoria de “gestão crítica”, indicando que o ente federado não comprometeu os recursos para aplicação em investimentos no seu orçamento, no entanto, observa-se que em 2022, o município evoluiu, saindo do período

de nove anos na categoria de “gestão crítica” para investimentos, adentrando na faixa de municípios de “gestão em dificuldade”, o que representa muito para a metrópole de Alagoas, vislumbrando dessa forma melhores resultados para os anos posteriores.

4.6 Comparação entre a média geral de gestão fiscal dos 5 grupos estudados.

Abaixo, segue o quadro 17 que unifica os resultados gerais de todos os grupos de municípios estudados.

Tabela 13: Comparativo entre os grupos analisados

MÉDIA GERAL - IFGF					
ANO	GRUPO 1 - POP ATÉ 20.000	GRUPO 2 - POP ATÉ 50.000	GRUPO 3 - POP ATÉ 100.000	GRUPO 4 - POP ATÉ 900.000	GRUPO 5 - METRÓPOLE
2013	0,258	0,205	0,300	0,336	0,453
2014	0,171	0,173	0,109	0,000	0,436
2015	0,276	0,207	0,321	0,478	0,480
2016	0,236	0,267	0,288	0,294	0,523
2017	0,238	0,177	0,268	0,369	0,474
2018	0,271	0,228	0,375	0,286	0,550
2019	0,284	0,297	0,456	0,344	0,503
2020	0,337	0,273	0,485	0,528	0,652
2021	0,368	0,368	0,467	0,668	0,685
2022	0,405	0,242	0,596	0,579	0,774
MÉDIA 2013 - 2022	0,284	0,244	0,367	0,388	0,553

Fonte: Elaborado pelo autor, dados da Firjan (2023)

Com a tabela 13, é possível verificar a média geral do IFGF, a qual engloba os resultados dos somatórios de todos os índices; autonomia, gasto com pessoal, liquidez e investimentos. Verifica-se que os municípios de pequeno e médio porte possuem maiores dificuldades para alcance dos índices positivos. Outro ponto a ser analisado refere-se que todos os grupos evoluíram seus indicadores ao passar dos anos, obtendo melhores resultados gerais, mais precisamente nos anos de 2021 e 2022, como aponta o quadro.

Verifica-se que o município de Maceió é o que mais se destaca dentre os grupos analisados. Trazendo dados atuais de 2024, os resultados apontam para o crescimento do município em todos os índices, inclusive no que se refere ao indicador de investimento, onde, no ano de 2023, a metrópole de Alagoas conseguiu aumento de 1.250% se comparado ao mesmo período do ano de 2019. (SECOM [...], 2024). Importante salientar que, além do bom gerenciamento fiscal dos recursos que anualmente o município gera, bem como do recebimento de receitas intergovernamentais, parte desse aumento abrupto

do percentual de investimentos deve-se ao acordo firmado com a Braskem, onde, de acordo com Magalhães (2024), Maceió tem utilizado uma parcela do montante recebido para realizar os devidos investimentos, como, por exemplo, a compra do Hospital do Coração, melhorias na mobilidade urbana, dentre outros. Ou seja, são recursos arrecadados que são destinados diretamente à melhoria de vida da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribui de maneira geral para o enriquecimento da literatura que discute a gestão pública, especialmente no tocante à situação fiscal de municípios, através da obtenção e análise dos resultados do índice Firjan de gestão fiscal. Portanto, foram analisados municípios alagoanos no período compreendido entre 2013 e 2022.

Os indicadores apontam resultados gerais semelhantes para os três primeiros grupos analisados, municípios de pequeno porte (I e II) e médio porte, com predominância de “gestão crítica” para os índices de autonomia, gasto com pessoal e investimento. O indicador que apresentou os resultados mais críticos foi o de autonomia, ratificando que grande parte dos municípios dependem de transferências para suprir os custos da estrutura administrativa. Para este índice, apenas a cidade de Maceió (metrópole), obteve êxito, alcançando a classificação de “boa gestão” em três dos indicadores analisados (Autonomia, Gasto com Pessoal e Liquidez).

Ainda nesse sentido, os municípios de Arapiraca e Maceió apresentaram resultados mais favoráveis da gestão fiscal, no entanto, vale ressaltar que ao analisar individualmente alguns municípios dos três primeiros grupos, encontram-se entes federados que se destacam em sua gestão fiscal, como o caso do município de Pilar, que mesmo incluso no grupo com predominância de “gestão crítica”, parece ter encontrado caminhos para equilibrar as contas públicas.

Ainda de forma específica, a partir da apresentação dos gráficos de linhas, foi possível evidenciar a evolução nos últimos anos analisados dos grupos estudados, mais precisamente nos anos de 2021 e 2022, após o período pandêmico, indicando dessa forma boas perspectivas.

Tendo em vista que este trabalho se limitou a descrever a situação atual da gestão fiscal dos municípios de Alagoas, com base nos resultados fornecidos pela Firjan, é necessário realizar outras pesquisas mais específicas. Por exemplo, comparar os resultados dos municípios alagoanos com outros entes federativos de estados nordestinos, bem como fazer um estudo comparativo das capitais brasileiras, além de um aprofundamento maior nas variáveis que influenciam esses números.

6 REFERÊNCIAS

ARANTES, Rogério Bastos *et al.* **Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI.** Tradução. Rio de Janeiro: FGV, 2010... Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.** Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 maio 2020. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de nov de 2011 – Lei de Acesso à Informação.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em 02 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico 1998.

CKAGNAZAROFF, I. B. A nova constituição - uma nova administração municipal?. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 104 a 107, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/9092> Acesso em: 29 dez. 2023.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; SILVA, L. M. da; MACEDO, M. Álvaro da S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153 a 176, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7080>. Acesso em: 14 dez. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Crise fiscal nos municípios brasileiros. Brasília: CNM, 2023. Disponível em: https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_CrisenoSMunicipios_2023.pdf. Acesso em: 09 mar. 2024.

CUCOLO, Eduardo. 42% dos municípios têm situação fiscal ruim, mesmo com arrecadação turbinada: índice da FIRJAN tem melhor resultado em dez anos, mas entidade vê piora em 2023; veja ranking das capitais. **Folha de São Paulo**, 31 out. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/um-em-cada-quatro-municipios-tem-situacao-fiscal-ruim-mesmo-com-arrecadacao-turbinada.shtml>. Acesso em: 25 dez. 2023.

EVENTO debate problemas do federalismo brasileiro: Especialista considerou discrepâncias e que país é federação mais no papel do que na prática. **IPEA**. 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/1948-evento-debate-problemas-do-federalismo>. Acesso em: 14 dez. 2023.

FERREIRA, Cássia de Oliveira; PRATES, Marcus Vinícius; BARBOSA NETO, João Estevão; do NASCIMENTO, Silvério Antônio. Eficiência da Gestão Fiscal e Variação Orçamentária em Municípios Mineiros. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 14, n. 3, p. 62-78, 2023. Disponível em: <https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/1077> Acesso em 30 jan. 2024.

GRIN, EDUARDO JOSÉ; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, FERNANDO LUIZ. **Capacidades Estatais Municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFGRS/CEGOV, 2021. v. 1. 714p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/236393/001134539.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 30/01/2024.

IFGF 2023, 1 out. 2023. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em: 14 dez. 2023.

LEITE FILHO, G. A.; CRUZ, C. F.; SILVA, T. G.; NASCIMENTO, J. P. de B. Relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 76, 2018. DOI: 10.12660/cgpc.v23n76.75408, Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/75408> Acesso em: 10 fev. 2024.

LIMA, R.; BEZERRA, F. A. Gestão fiscal e a eficiência do gasto público em educação e saúde nos estados brasileiros. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 73, n. 2, p. 359-378,

2022. Disponível em: [https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article /view/6668](https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/6668)
Acesso em: 30 jan. 2024.

MACEIÓ se destaca entre capitais com maiores investimentos públicos: Gestão realiza aplicações históricas no orçamento público. **SECOM/AL**, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/especial-publicitario/secom-secretaria-de-comunicacao-social/trabalha-maceio/noticia/2024/01/29/maceio-se-destaca-entre-capitais-com-maiores-investimentos-publicos.ghtml> Acesso em: 28 set. 2024.

MACIEL, A. M. H.; MIGUEL, L. de.; BELÓ, A.; PINTO, N. G. M. Evolução da Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma análise nos municípios da região sul do Brasil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e52610212865, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12865. Disponível em: [https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article /view/12865](https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12865) Acesso em: 07 jan. 2024.

MAGALHÃES, Elizete Aparecida de. **Gestão fiscal nos municípios brasileiros: uma análise das diferenças regionais**. 2017. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

MAGALHÃES, Thayanne. Maceió já utilizou R\$ 600 milhões pagos pela empresa Braskem: Prefeitura ainda tem recursos a título de indenização a receber até 2025, de acordo com prefeito JHC. **Tribuna Hoje**, 16 dez. 2023. Disponível em: [https://tribunahoje.com/noticias/politica/2023/12/16/131344-maceio-ja-utilizou-r-600-milhoes-pagos-pela-empresa-braskem#:~:text=J%C3%A1%20foram%20usados%20at%C3%A9%20o,projetos%20que%20precisam%20ser%20executados](https://tribunahoje.com/noticias/politica/2023/12/16/131344-maceio-ja-utilizou-r-600-milhoes-pagos-pela-empresa-braskem#:~:text=J%C3%A1%20foram%20usados%20at%C3%A9%20o,projetos%20que%20precisam%20ser%20executados.). Acesso em: 20 out. 2024.

MARCONATO, M.; PARRÉ, J. L.; COELHO, M. H. Dinâmica financeira dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 378–394, 2021. DOI: 10.1590/0034-761220200041. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/83354> Acesso em: 02 jan. 2024.

MELLO, Henrique Cardoso Mesquita. **A gestão fiscal dos municípios alagoanos sob a ótica das transferências intergovernamentais**. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - LISBOA, 2014.

MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e; HOLANDA, Marcus Mauricius. **A Administração Pública Municipal como Fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico. Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 37, n. 74, p. 207–232, 2016. DOI: 10.5007/2177-7055.2016v37n74p207. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/21777055.2016v37n74p207>. Acesso em: 04 jan. 2024.

NEALDO, Carlos. Índice de desenvolvimento socioeconômico de Alagoas cresce 17,8% em dez anos, aponta IBGE: Percentual registrado no estado entre 2009 e 2018 é maior do que os 12,8% da média nacional, revela levantamento do órgão. **Governo do Estado de Alagoas**, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://alagoas.al.gov.br/noticia/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico-de-alagoas-cresce-178-em-dez-anos-aponta-ibge>. Acesso em: 14 dez. 2023.

PAIVA, Tacimara Maria Martins. **Situação fiscal dos municípios mineiros e efetividade no enfrentamento da pandemia da COVID-19**. 2023. 27 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5325> Acesso em 30 jan. 2024.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento Público, AFO e LRF: teoria e questões**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROSA, F. S. da; MARTINS, S.; LUNKES, R. J.; VIEIRA, D. M. A Influência da Transparência Pública na Relação entre Gestão Fiscal e no Desempenho de Municípios Brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 19, n. 54, p. 262–278, 2021. DOI: 10.21527/2237-6453.2021.54.262-278. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9621> Acesso em: 30 jan. 2024.

SANTIN, Janaína Rigo; PEREIRA, André da Silva; CAMARGO, Evandro José Bilycz de. administração pública municipal e Lei de responsabilidade fiscal: Gastos e receitas públicas. **Revista de Direito Brasileira** São Paulo, SP, v. 17, n. 7, p. 108 - 124, mai./ago.

2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/3145>. Acesso em 05 jan. 2024.

SILVA, Antônio. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. Salvador: UFBA,

SILVA, C. R. M. da; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 791–801, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/79923> Acesso em: 29 dez. 2023.

SILVA, Gledson de Oliveira da. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal com indutor do aperfeiçoamento da gestão pública nos municípios paulistas. **Cadernos**, [S.l.], v. 1, n. 5, p. 65-81, jul. 2020. ISSN 2595-2412. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/102> Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Jessiane de Queiroz da; CALLADO, Sandra Maria Guimarães; SANTOS, Ruan Carlos; SOUSA, Antonia Márcia Rodrigues. Aplicabilidade da lei de responsabilidade fiscal nos municípios do litoral leste do estado do Ceará: Uma análise das despesas com pessoal e da dívida pública nos anos de 2015 a 2020. **Revista de direito da administração pública**, Rio de Janeiro, v. 01, ed. 01, 2022. DOI <http://dx.doi.org/10.47096/redap.v1i1.306>. Disponível em: <http://www.redap.com.br/index.php/redap/article/view/306/273>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, Mauricio Corrêa da; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; MARTINS, Joana Darc Medeiros; CÂMARA, Renata Paes de Barros. Fatores explicativos da gestão fiscal em municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [S. l.], v. 17, n. 42, p. 26–37, 2020. DOI: 10.5007/2175-8069.2020v17n42p26. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2020v17n42p26> Acesso em: 30 jan. 2024.

ZUCCOLOTTO, R.; JOHANSON, J. N. C.; LOUZADA, L. C.; SUZART, J. A primazia da gestão fiscal sobre o planejamento nos estados brasileiros. **Revista de Contabilidade**

e Organizações, [S. l.], v. 16, p. e186475, 2022. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2022.186475. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/186475> Acesso em: 30 jan. 2024.

32	Girau do Ponciano	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0768	nd
33	Ibateguara	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd	nd
34	Igaci	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
35	Igreja Nova	0,1503	0,4074	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd
36	Inhapi	0,2334	0,6083	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
37	Jacaré dos Homens	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
38	Jacuípe	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000
39	Japaratinga	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd	nd	nd	0,0000	0,5051
40	Jaramataia	0,0000	nd	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,0000
41	Jequiá da Praia	0,0000	0,5335	0,4323	0,3835	0,8450	0,5143	0,4520	nd	0,3677	0,0000
42	Joaquim Gomes	nd	0,0000	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	nd
43	Jundiá	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000
44	Junqueiro	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,0179	0,0000	0,0159	0,7056
45	Lagoa da Canoa	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000
46	Limoeiro de Anadia	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0630	0,0000
47	Maceió	0,5120	0,3307	0,5754	0,5765	0,5861	0,6608	0,7612	0,6762	0,9183	0,9442
48	Major Isidoro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0057
49	Maragogi	0,0447	nd	0,1896	nd	0,0138	0,1271	0,1710	0,2294	0,3651	0,1995
50	Maravilha	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,8557
51	Marechal Deodoro	0,7248	0,2990	0,5075	0,7058	0,6880	0,4620	0,6876	0,6857	0,4985	nd
52	Maribondo	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,6611
53	Mar Vermelho	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1074
54	Mata Grande	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000
55	Matriz de Camaragibe	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd
56	Messias	0,0000	0,0077	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
57	Minador do Negrão	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd
58	Monteirópolis	0,0000	nd	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,4981
59	Murici	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1532	0,1758
60	Novo Lino	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000
61	Olho d'Água das Flores	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0234	0,0168	nd	0,0000
62	Olho d'Água do Casado	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1649
63	Olho d'Água Grande	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd
64	Olivença	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd
65	Ouro Branco	0,0000	0,0000	0,0000	0,0270	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
66	Palestina	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,0000

67	Palmeira dos Índios	0,0000	0,1163	0,0000	0,0000	0,0000	0,1924	0,0000	0,0000	0,0345	0,8748
68	Pão de Açúcar	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1603	0,0662	0,0000	0,0652	0,0016
69	Pariconha	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,9118
70	Paripueira	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd
71	Passo de Camaragibe	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	nd	nd	nd	nd	nd
72	Paulo Jacinto	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,7351
73	Penedo	0,1245	0,0300	0,0000	0,2687	nd	nd	0,3147	0,3024	0,3122	0,8874
74	Piaçabuçu	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,5570
75	Pilar	0,5550	0,8880	0,9282	0,6826	0,7729	0,7906	0,9668	0,6799	1,0000	0,6729
76	Pindoba	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,3611
77	Piranhas	0,8186	0,6487	0,4719	0,5330	0,5708	0,2274	0,1430	0,0000	0,0000	nd
78	Poço das Trincheiras	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
79	Porto Calvo	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
80	Porto de Pedras	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1056	0,0000	0,0794	0,4871
81	Porto Real do Colégio	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000
82	Quebrangulo	0,0000	nd	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000	0,1618	0,3673	1,0000
83	Rio Largo	0,1323	nd	0,1269	nd	0,4637	0,3296	0,2229	nd	0,3516	0,4722
84	Roteiro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
85	Santa Luzia do Norte	0,0000	nd	nd	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
86	Santana do Ipanema	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0551	0,0462	0,0456	0,0530	nd
87	Santana do Mundaú	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
88	São Brás	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd
89	São José da Laje	0,0000	0,0407	0,1111	0,1840	0,0479	0,0028	0,0000	0,0806	0,0000	0,0260
90	São José da Tapera	0,0000	0,0000	0,0294	0,0000	0,0000	0,0000	0,0678	0,0000	nd	nd
91	São Luís do Quitunde	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	nd	nd	nd
92	São Miguel dos Campos	0,6059	nd	0,5730	0,3742	0,5857	0,3615	0,3090	0,3230	0,2940	1,0000
93	São Miguel dos Milagres	0,1453	0,0676	0,0491	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	nd
94	São Sebastião	0,0002	nd	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0081	0,0000	0,0000
95	Satuba	0,0000	0,1875	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	nd
96	Senador Rui Palmeira	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	nd
97	Tanque d'Arca	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,4446
98	Taquarana	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0369	0,7220
99	Teotônio Vilela	nd	nd	nd	0,0876	nd	nd	nd	0,1519	0,1490	0,0000

100	Traipu	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,9338
101	União dos Palmares	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0939	0,0075	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
102	Viçosa	0,0633	0,0229	0,0146	nd	nd	0,1528	0,1576	0,1190	0,1931	0,2369

7.2 APÊNDICE B - Índice IFGF de gasto com pessoal dos municípios alagoanos no período entre 2013 a 2022

N°	Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Água Branca	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000
2	Anadia	0,0000	0,0124	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,8445
3	Arapiraca	0,3167	nd	0,7574	0,0948	0,3918	0,1740	0,2224	0,7931	0,8977	0,8963
4	Atalaia	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,3150	0,0000
5	Barra de Santo Antônio	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,2671	0,2588	0,2453	1,0000	0,4835
6	Barra de São Miguel	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1751	0,1339	0,7434	0,5675	1,0000
7	Batalha	0,2671	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,2604	0,8504	0,0000
8	Belém	0,0000	nd	0,0000	0,3013						
9	Belo Monte	0,0000	nd	0,0000	0,2824	0,0000	0,0000	0,1887	0,0000	1,0000	1,0000
10	Boca da Mata	0,0000	0,0544	0,8246	0,0000	0,0000	0,1574	0,1721	nd	0,4413	0,7749
11	Branquinha	0,0000	1,0000	0,0404	0,5097	0,0000	0,0000	nd	nd	nd	nd
12	Cacimbinhas	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,6834	0,0000	0,0000	0,0094	0,3020
13	Cajueiro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0482
14	Campestre	0,0000	0,0000	0,0000	0,1005	0,0000	0,0720	0,0071	nd	0,0746	nd
15	Campo Alegre	0,0000	0,0000	0,1812	0,2456	0,0000	0,6914	nd	nd	0,1314	0,2691
16	Campo Grande	0,0000	nd	nd	nd	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	nd
17	Canapi	nd	0,5127	1,0000	nd	0,0000	0,0151	0,0000	0,0000	0,0371	0,1417
18	Capela	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,6644
19	Carneiros	nd	nd	0,0000	nd	nd	0,0000	0,4220	0,0000	0,2036	1,0000
20	Chã Preta	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,8538	0,0000	0,7311	nd	0,4221	1,0000
21	Coité do Nóia	0,0000	nd	0,0000	0,6032	0,0000	0,1301	0,6032	1,0000	0,0000	0,0000
22	Colônia Leopoldina	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	nd	1,0000	0,3471	0,0000	nd
23	Coqueiro Seco	0,0000	0,0000	0,0945	0,7890	0,0000	0,1557	0,7162	0,4049	0,7201	0,4171
24	Coruripe	0,8162	nd	0,3464	0,3022	0,5756	0,9274	1,0000	1,0000	1,0000	0,6391
25	Craíbas	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1191	0,2065	0,5035	0,4800	0,9334
26	Delmiro Gouveia	0,0043	nd	0,1129	0,0374	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000	0,4643	1,0000
27	Dois Riachos	0,0465	nd	0,0000	0,2828	0,0000	0,2999	0,5489	0,8713	0,9255	nd
28	Estrela de Alagoas	0,2242	nd	0,0000	nd	1,0000	0,1559	0,6785	0,9043	0,8689	1,0000
29	Feira Grande	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd

30	Feliz Deserto	0,0000	nd	0,0000	0,3920	0,0000	0,0000	0,1326	1,0000	1,0000	1,0000
31	Flexeiras	nd									
32	Girau do Ponciano	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,5460	0,3281	0,0000	0,0113	nd
33	Ibateguara	0,0000	nd	0,5816	0,1317	0,0000	0,2232	nd	nd	nd	nd
34	Igaci	0,0000	0,0006	0,1050	0,0000	0,0000	0,0000	0,2367	0,6966	0,0000	1,0000
35	Igreja Nova	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0657	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd
36	Inhapi	1,0000	1,0000	0,1969	0,4531	0,0000	0,2671	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
37	Jacaré dos Homens	0,7077	nd	0,5992	0,7792	0,6580	1,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1283
38	Jacuípe	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,9816	0,0000	nd	0,6474	1,0000	1,0000
39	Japaratinga	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd	nd	nd	0,0000	0,6782
40	Jaramataia	0,0000	nd	nd	nd	0,0000	0,2048	0,2880	nd	0,6280	0,7578
41	Jequiá da Praia	0,1934	0,0000	0,0000	0,6983	0,0000	0,1064	0,4194	nd	0,6978	0,3929
42	Joaquim Gomes	nd	0,7496	0,3945	nd	0,3159	nd	0,0000	nd	0,6493	nd
43	Jundiá	0,0000	0,0000	0,1822	0,0077	0,0000	0,2632	nd	nd	0,8430	1,0000
44	Junqueiro	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,3130
45	Lagoa da Canoa	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	0,7950	0,0000	0,0000	nd	0,1988
46	Limoeiro de Anadia	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,4211
47	Maceió	0,5929	0,3910	0,4577	0,5688	0,6609	0,8438	0,6277	0,9261	0,6088	0,9384
48	Major Isidoro	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000
49	Maragogi	0,0000	nd	0,0094	nd	0,0000	0,0000	1,0000	0,3761	0,8190	1,0000
50	Maravilha	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,5271	0,3523	0,0000	0,6790	1,0000
51	Marechal Deodoro	0,0000	0,6940	0,0000	0,0991	0,0000	0,5522	0,1309	0,0956	0,8715	nd
52	Maribondo	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000	0,0000	0,0000	0,7762
53	Mar Vermelho	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,2274	0,4211	0,3304	0,6036	1,0000
54	Mata Grande	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,0754	1,0000	0,5683	0,2090	1,0000
55	Matriz de Camaragibe	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd
56	Messias	0,1745	0,4937	0,2690	0,6934	0,7070	1,0000	0,5815	1,0000	0,0000	0,3905
57	Minador do Negrão	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,6427	0,0000	0,4021	0,6900	0,0809	nd
58	Monteirópolis	0,0000	nd	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,7843
59	Murici	0,0000	0,2417	0,0759	0,9024	0,2855	0,2900	0,5344	0,6181	1,0000	1,0000
60	Novo Lino	0,0000	0,0000	0,9195	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,5628
61	Olho d'Água das Flores	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,2426	0,0373	0,8150	0,4017	nd	0,7105
62	Olho d'Água do Casado	0,2568	0,0000	0,0132	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,3632	0,0000	1,0000
63	Olho d'Água Grande	0,7376	0,5663	0,0000	0,4734	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	nd
64	Olivença	0,2158	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,7909	0,0000	0,0000	nd	nd
65	Ouro Branco	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,2379	0,1247	0,1804	1,0000	0,1525	0,8699
66	Palestina	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,8681

67	Palmeira dos Índios	0,4227	0,0000	0,5865	0,0000	0,0000	1,0000	0,5482	0,3190	0,0641	0,9578
68	Pão de Açúcar	0,0713	0,4590	0,5515	0,6725	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,3234	1,0000
69	Pariconha	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,4240	0,0000	1,0000	1,0000
70	Paripueira	0,1718	0,2963	0,3115	0,6463	0,3904	0,2856	0,9316	0,3803	1,0000	nd
71	Passo de Camaragibe	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	nd	nd	nd	nd	nd
72	Paulo Jacinto	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000
73	Penedo	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,5704	0,3782	0,5294	1,0000
74	Piaçabuçu	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd	0,9058	1,0000
75	Pilar	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,2841	0,0000	0,3649	1,0000	0,9785
76	Pindoba	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000
77	Piranhas	0,2278	0,0202	0,0820	0,1357	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,7897	nd
78	Poço das Trincheiras	0,2876	0,0000	0,1343	0,2802	0,0000	0,0000	0,2202	0,0000	0,5164	1,0000
79	Porto Calvo	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,2591
80	Porto de Pedras	0,0786	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,3502	1,0000
81	Porto Real do Colégio	0,0184	0,0000	0,0000	0,0683	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,3496	1,0000
82	Quebrangulo	0,0000	nd	0,9390	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,7451	1,0000
83	Rio Largo	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,2864	nd	0,7026	0,3575
84	Roteiro	1,0000	1,0000	0,5926	0,3413	0,3116	1,0000	0,0474	0,0000	0,0000	0,9416
85	Santa Luzia do Norte	0,0000	nd	nd	nd	nd	0,0000	0,7127	0,0306	1,0000	1,0000
86	Santana do Ipanema	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	nd
87	Santana do Mundaú	0,0000	0,0000	nd	0,6162	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,8655	0,9615
88	São Brás	0,0000	0,0154	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,3222	0,0000	nd	nd
89	São José da Laje	0,0000	0,0000	0,2638	0,9134	0,4885	0,9141	0,7869	1,0000	0,6940	0,1981
90	São José da Tapera	0,0071	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	nd
91	São Luís do Quitunde	0,0000	0,0594	0,0000	1,0000	1,0000	nd	0,2982	nd	nd	nd
92	São Miguel dos Campos	0,1972	nd	0,4531	0,4238	0,3296	0,7597	0,9122	0,4648	0,2363	1,0000
93	São Miguel dos Milagres	0,1144	0,0423	0,0000	1,0000	0,0000	0,0481	0,0000	nd	0,0000	nd
94	São Sebastião	0,0000	nd	0,0000	nd	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,5851
95	Satuba	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,1413	nd
96	Senador Rui Palmeira	0,0000	nd	0,0000	nd	0,0000	0,0085	nd	nd	1,0000	nd
97	Tanque d'Arca	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000	0,0000	0,1823	1,0000
98	Taquarana	0,0000	0,1028	0,0000	0,0000	0,0000	0,3576	0,0000	0,0000	0,0745	0,8780
99	Teotônio Vilela	nd	nd	nd	1,0000	nd	nd	nd	0,0000	0,1534	0,0000
100	Traipu	0,0000	0,0000	0,0000	1,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,1746	1,0000

32	Girau do Ponciano	nd	0,5400	0,5014	0,4942	0,6829	0,6793	0,8596	0,8650	1,0000	nd
33	Ibateguara	0,8473	nd	1,0000	0,9401	0,8987	0,8845	nd	nd	nd	nd
34	Igaci	0,5721	0,5335	0,5341	0,7776	0,7105	0,4414	0,9558	1,0000	1,0000	1,0000
35	Igreja Nova	0,5465	0,5197	0,5101	0,6219	0,9149	1,0000	0,8881	0,8154	1,0000	nd
36	Inhapi	0,6352	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,4344	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000
37	Jacaré dos Homens	0,5045	nd	0,4262	0,4894	0,4905	0,9339	0,7275	0,5341	0,5231	0,5774
38	Jacuípe	0,4510	0,4649	0,5143	0,4488	0,9833	0,7074	nd	0,5324	0,5648	0,8125
39	Japaratinga	0,4614	0,5628	0,5287	nd	nd	nd	nd	nd	0,5116	0,6993
40	Jaramataia	1,0000	nd	nd	nd	1,0000	1,0000	1,0000	nd	1,0000	1,0000
41	Jequiá da Praia	0,9571	0,8266	0,7702	0,9183	0,8566	0,5729	0,6175	nd	0,9673	0,6916
42	Joaquim Gomes	nd	0,4467	0,5788	nd	1,0000	nd	1,0000	nd	0,6837	nd
43	Jundiá	0,4780	0,5945	0,6482	0,9407	1,0000	1,0000	nd	nd	1,0000	1,0000
44	Junqueiro	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,5989	0,4449	0,4628	0,4250
45	Lagoa da Canoa	0,7142	nd	0,4829	nd	0,5209	1,0000	1,0000	0,8656	nd	0,5928
46	Limoeiro de Anadia	0,6204	0,5908	0,5336	0,5710	0,6171	0,6593	nd	nd	0,8941	0,5311
47	Maceió	0,6184	0,9014	0,7403	0,7896	0,5939	0,6018	0,5436	0,7456	0,9773	0,7822
48	Major Isidoro	0,6961	0,4214	0,0000	0,5537	0,4726	0,5098	nd	nd	1,0000	1,0000
49	Maragogi	0,6819	nd	0,4007	nd	0,4175	0,5034	1,0000	1,0000	0,9506	0,7469
50	Maravilha	0,5765	0,0000	nd	nd	0,4628	0,5413	0,4644	0,6770	0,6758	0,8458
51	Marechal Deodoro	0,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	nd
52	Maribondo	0,0000	nd	0,0000	0,0000	0,4744	0,4407	1,0000	1,0000	1,0000	0,9051
53	Mar Vermelho	0,9069	0,6929	0,7362	0,8122	0,8437	0,5598	0,5985	0,4976	0,9169	0,9587
54	Mata Grande	0,0000	0,0000	0,0000	0,4431	0,4666	0,0000	1,0000	0,6192	0,6871	1,0000
55	Matriz de Camaragibe	0,5278	0,5353	0,5918	0,5508	0,4656	0,5323	0,8718	nd	nd	nd
56	Messias	0,8220	0,9228	0,8491	1,0000	0,8102	0,9999	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
57	Minador do Negrão	0,4485	nd	0,0000	0,0000	0,0000	0,4573	0,6559	0,8889	0,4679	nd
58	Monteirópolis	0,4206	nd	nd	nd	0,0000	0,4046	0,0000	nd	nd	1,0000
59	Murici	0,7018	0,8015	0,7524	0,8747	0,8410	0,6668	0,6428	0,6689	1,0000	0,5843
60	Novo Lino	0,5264	0,5375	1,0000	0,4782	0,4427	0,5255	nd	nd	0,5183	0,6565
61	Olho d'Água das Flores	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	nd	1,0000
62	Olho d'Água do Casado	0,4656	0,4038	0,0000	nd	0,0000	0,6538	0,5739	0,7818	0,6518	0,8637
63	Olho d'Água Grande	0,6357	0,4853	0,5152	0,4253	0,5490	0,5156	0,5152	nd	nd	nd
64	Olivença	0,5778	0,4533	0,7827	0,7240	0,7881	1,0000	1,0000	1,0000	nd	nd
65	Ouro Branco	0,8845	1,0000	0,7719	0,8656	0,7207	0,5960	0,6261	1,0000	1,0000	1,0000
66	Palestina	0,4161	0,4867	0,5304	0,5401	0,0000	0,0000	0,0000	nd	0,5387	0,8864
67	Palmeira dos Índios	0,4717	0,4665	0,4038	0,5700	0,5669	0,9919	0,9895	1,0000	0,9426	0,9672
68	Pão de Açúcar	0,9742	0,8724	0,8009	0,8213	1,0000	0,0000	0,4380	0,0000	0,8329	1,0000

69	Pariconha	0,0000	nd	0,0000	0,5593	0,5501	0,6268	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
70	Paripueira	0,6555	0,5949	0,7381	0,5606	0,5446	0,6426	0,9835	0,8313	1,0000	nd
71	Passo de Camaragibe	0,4778	nd	0,5153	nd	0,4118	nd	nd	nd	nd	nd
72	Paulo Jacinto	0,5198	0,4104	0,4715	nd	nd	0,0000	0,0000	0,6336	0,8685	0,9653
73	Penedo	0,0000	0,0000	0,0000	0,4958	nd	nd	1,0000	0,8317	1,0000	0,8530
74	Piaçabuçu	0,5673	0,4114	0,4440	0,5282	0,4778	0,0000	nd	nd	0,4640	0,6300
75	Pilar	0,6351	0,6355	0,4745	0,5085	0,5336	0,9259	0,7139	0,5933	0,5512	0,4087
76	Pindoba	0,5748	0,6587	0,7505	0,7925	0,8168	nd	0,9878	1,0000	1,0000	1,0000
77	Piranhas	0,5991	0,6477	0,6100	0,7890	0,9306	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	nd
78	Poço das Trincheiras	0,9603	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,9915	1,0000
79	Porto Calvo	0,5288	nd	0,0000	0,4856	0,5066	0,4889	0,5570	0,4663	0,5656	0,6118
80	Porto de Pedras	0,7935	0,5319	0,5316	0,5180	0,5219	0,0000	0,0000	0,4381	0,5839	0,0000
81	Porto Real do Colégio	0,4202	0,0000	0,0000	0,4211	0,4714	0,4430	0,5470	0,4954	0,6333	1,0000
82	Quebrangulo	0,6042	nd	1,0000	nd	nd	0,5250	0,5457	0,7353	0,8574	1,0000
83	Rio Largo	0,6039	nd	0,5253	nd	0,4535	0,0000	0,5377	nd	0,6510	0,6818
84	Roteiro	0,8224	0,6857	0,4450	0,4676	0,6232	0,8341	0,5672	0,5477	0,0000	0,0000
85	Santa Luzia do Norte	0,5402	nd	nd	nd	nd	0,4472	0,0000	0,0000	0,4196	0,5275
86	Santana do Ipanema	0,4936	0,5097	0,0000	0,4962	0,5753	0,0000	0,7633	0,7730	0,7485	nd
87	Santana do Mundaú	0,0000	0,0000	nd	1,0000	0,9198	0,7700	0,5051	0,4322	0,5686	0,0000
88	São Brás	0,5613	0,5152	0,4708	0,4945	0,4473	0,4636	1,0000	0,6899	nd	nd
89	São José da Laje	0,0000	0,4065	0,0000	0,4861	0,0000	0,4980	0,5282	0,4524	0,6139	0,5629
90	São José da Tapera	0,0000	0,0000	0,0000	0,8451	0,6402	0,0000	0,4251	0,6664	nd	nd
91	São Luís do Quitunde	0,4658	0,4235	0,4399	0,4373	0,4323	nd	0,5788	nd	nd	nd
92	São Miguel dos Campos	0,4811	nd	0,4986	0,4867	0,4818	0,6260	0,8459	0,6945	0,7563	1,0000
93	São Miguel dos Milagres	0,5508	0,5243	0,8594	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	nd	1,0000	nd
94	São Sebastião	0,5360	nd	0,0000	nd	nd	0,8723	0,8972	0,4373	0,5345	0,5155
95	Satuba	0,5842	0,5718	0,4854	0,5399	0,4942	0,4626	0,6304	nd	0,6848	nd
96	Senador Rui Palmeira	0,6755	nd	0,8489	nd	1,0000	1,0000	nd	nd	1,0000	nd
97	Tanque d'Arca	0,7810	nd	0,6750	0,6190	0,4769	0,4981	1,0000	1,0000	1,0000	0,7584
98	Taquarana	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,9174	0,8706	0,9559	0,8693	0,8607	0,9881
99	Teotônio Vilela	nd	nd	nd	1,0000	nd	nd	nd	0,7795	0,7516	0,6715
100	Traipu	0,5301	0,4895	0,0000	0,4444	0,5268	0,6150	0,6991	0,5110	0,7886	1,0000
101	União dos Palmares	0,0000	nd	0,4685	nd	0,5112	0,7462	0,5007	0,5778	0,0000	0,9258
102	Viçosa	0,9614	0,6872	0,7800	nd	nd	0,8344	0,6109	0,7493	0,8371	0,6583

7.4 APÊNDICE D - Índice IFGF de investimentos dos municípios alagoanos no período entre 2013 a 2022

N°	Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1	Água Branca	0,5437	nd	0,3259	0,4093	0,0876	0,3069	0,1870	0,3226	0,5528	0,5550
2	Anadia	0,5787	0,6003	0,1354	nd	nd	1,0000	0,6952	1,0000	0,9083	0,5663
3	Arapiraca	0,3591	nd	0,4440	0,5626	0,0547	0,1371	0,1865	0,2710	0,2647	0,4925
4	Atalaia	0,5096	0,0672	0,0342	0,0532	0,0388	0,1646	nd	nd	0,1299	0,4235
5	Barra de Santo Antônio	0,4144	0,4540	0,4770	0,3981	0,0713	0,0773	0,0870	0,0771	0,2388	0,9429
6	Barra de São Miguel	0,9803	0,5956	0,8847	0,7661	0,7176	0,6893	0,6283	0,8280	0,7454	0,4988
7	Batalha	0,1403	0,1869	0,0997	0,2453	0,1658	nd	nd	0,3250	0,3289	0,5611
8	Belém	0,1713	nd	0,7803	0,8569						
9	Belo Monte	0,0983	nd	0,4790	0,3583	0,5028	0,7934	0,0942	0,1174	0,2354	0,6146
10	Boca da Mata	0,3197	0,5791	0,4296	1,0000	0,6038	0,4400	0,3378	nd	0,3176	0,5220
11	Branquinha	0,7596	0,2742	0,7461	0,4532	0,0216	0,1734	nd	nd	nd	nd
12	Cacimbinhas	0,4614	0,3049	0,7327	0,4166	0,6832	0,1489	0,7322	0,7627	0,3309	0,9963
13	Cajueiro	0,1104	0,1605	0,1388	1,0000	0,1669	0,1165	0,1964	0,5263	0,0458	0,3564
14	Campestre	0,5039	0,1918	0,1174	1,0000	0,5628	0,2468	0,1774	nd	0,1880	nd
15	Campo Alegre	0,7404	0,8014	0,7479	0,6251	0,3483	0,4264	nd	nd	0,4912	0,3137
16	Campo Grande	0,2051	nd	nd	nd	0,1699	0,1461	nd	nd	0,7939	nd
17	Canapi	nd	0,4687	0,2089	nd	0,0770	0,3272	0,5372	0,4939	0,2789	0,6346
18	Capela	0,0981	nd	0,3298	0,5935	0,5353	0,8925	0,4309	0,4867	0,3022	0,6347
19	Carneiros	nd	nd	0,1647	nd	nd	0,3613	1,0000	0,9839	0,4561	1,0000
20	Chã Preta	0,5770	0,2818	0,2205	0,2290	0,0020	0,3134	0,0826	nd	0,4345	0,6121
21	Coité do Nóia	0,1443	nd	0,3732	0,3121	0,2151	0,2216	0,0817	0,4902	0,3275	0,7030
22	Colônia Leopoldina	0,0685	nd	0,2779	nd	0,1777	nd	0,1475	1,0000	0,9568	nd
23	Coqueiro Seco	0,5203	0,5679	0,4464	0,8044	0,9534	1,0000	0,6230	0,8174	0,6413	0,9774
24	Coruripe	0,7204	nd	0,5320	0,4928	0,3800	0,3015	0,2370	0,9500	0,1613	0,2486
25	Craíbas	nd	0,2626	0,2551	0,3539	0,2387	0,2291	0,2077	0,2120	0,2461	0,5877
26	Delmiro Gouveia	0,5861	nd	0,4477	1,0000	0,1835	0,1015	0,0909	0,3504	0,7903	0,8765
27	Dois Riachos	0,2907	nd	0,2640	0,2837	0,0654	0,2675	0,3264	0,2807	0,2420	nd
28	Estrela de Alagoas	0,1910	nd	0,4264	nd	0,6870	1,0000	0,7786	1,0000	0,4919	0,4582
29	Feira Grande	0,6999	nd	0,7667	0,1361	0,1629	0,3092	0,3930	nd	nd	nd
30	Feliz Deserto	0,2793	nd	0,3021	0,3845	0,4087	0,2493	0,0414	0,2770	0,3239	0,4622
31	Flexeiras	nd									
32	Girau do Ponciano	nd	0,1681	0,2011	0,2345	0,0124	0,1977	0,2796	0,0535	0,0224	nd
33	Ibateguara	0,3076	nd	0,1454	0,7875	0,1466	0,4391	nd	nd	nd	nd
34	Igaci	0,4426	0,3907	0,5608	0,8696	0,7248	0,6503	0,2254	1,0000	0,4391	0,5212

35	Igreja Nova	0,1666	0,1593	0,1695	0,4018	0,1310	0,2217	0,5205	0,4533	0,3465	nd
36	Inhapi	0,0787	0,1048	0,2031	0,3015	0,6632	0,5451	0,5372	0,8636	0,9843	0,6562
37	Jacaré dos Homens	0,5553	nd	0,4857	0,1983	0,3418	0,1042	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
38	Jacuípe	0,3356	0,8209	0,1246	0,1978	0,6274	1,0000	nd	0,1821	0,9759	1,0000
39	Japaratinga	0,0187	0,3862	0,1459	nd	nd	nd	nd	nd	0,2408	0,4874
40	Jaramataia	0,1740	nd	nd	nd	0,2525	0,3305	0,1814	nd	0,1452	0,3912
41	Jequiá da Praia	0,2456	0,7711	0,7469	1,0000	0,6096	0,6999	0,2251	nd	0,2585	0,3970
42	Joaquim Gomes	nd	0,0041	0,0656	nd	0,0565	nd	0,1922	nd	0,0994	nd
43	Jundiá	0,4703	0,3489	0,4398	0,4416	0,5682	0,4223	nd	nd	0,2152	1,0000
44	Junqueiro	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,0818	0,1328	0,0631	0,7659
45	Lagoa da Canoa	0,1814	nd	0,4083	nd	0,2121	0,2408	0,3588	0,4645	nd	0,3096
46	Limoeiro de Anadia	0,7726	1,0000	0,8735	0,7055	0,0709	0,2405	nd	nd	0,6860	1,0000
47	Maceió	0,0875	0,1202	0,1472	0,1556	0,0532	0,0941	0,0784	0,2600	0,2349	0,4305
48	Major Isidoro	0,5321	0,3116	0,1993	0,2493	0,2325	0,2375	nd	nd	0,5009	0,4771
49	Maragogi	0,0413	nd	0,4923	nd	0,1822	0,2387	0,1557	0,4130	0,4931	0,1862
50	Maravilha	0,0874	0,0340	nd	nd	0,1449	0,0898	0,4442	0,5484	1,0000	0,4834
51	Marechal Deodoro	0,4424	0,2035	0,3215	0,4172	0,1886	0,5097	1,0000	1,0000	0,4500	nd
52	Maribondo	0,0575	nd	0,0794	0,1308	0,0775	0,1981	0,1037	0,9777	0,3630	0,7893
53	Mar Vermelho	1,0000	0,6897	0,2729	0,3938	0,5223	0,4351	0,2445	0,6409	0,4197	0,6710
54	Mata Grande	0,2940	0,3542	0,1365	0,0202	0,2030	0,2738	0,1706	1,0000	0,1140	0,2561
55	Matriz de Camaragibe	0,1514	0,4079	0,0847	0,6454	0,1009	0,5856	0,0926	nd	nd	nd
56	Messias	0,2354	0,6024	0,6064	0,4397	0,4190	0,2826	0,5362	0,7446	0,2426	0,2350
57	Minador do Negrão	0,7797	nd	0,0924	0,0929	0,0412	0,2020	0,1805	0,5310	0,2732	nd
58	Monteirópolis	0,2394	nd	nd	nd	0,2250	0,2395	0,1501	nd	nd	0,1762
59	Murici	0,2760	0,4504	0,5699	1,0000	0,5837	0,3315	0,1920	0,3838	0,3503	1,0000
60	Novo Lino	0,0752	0,2521	0,0486	0,5205	0,0451	0,0689	nd	nd	0,1527	0,8355
61	Olho d'Água das Flores	0,2812	0,8492	1,0000	1,0000	1,0000	0,7538	0,5287	0,8258	nd	0,7348
62	Olho d'Água do Casado	0,7606	0,5321	0,0784	nd	0,1411	0,3181	0,0939	0,1997	0,7468	0,7523
63	Olho d'Água Grande	0,8630	0,6781	0,2889	0,1633	0,7079	0,6623	0,4166	nd	nd	nd
64	Olivença	0,7473	0,3638	0,3988	0,2667	0,3879	0,4470	1,0000	1,0000	nd	nd
65	Ouro Branco	0,7135	0,3913	1,0000	0,8080	0,3123	0,5037	0,2533	0,9161	0,4084	0,3043
66	Palestina	0,4974	0,1705	0,1876	0,3138	0,5762	0,1704	0,1033	nd	0,0600	0,2408
67	Palmeira dos Índios	0,4900	0,6245	0,2399	0,0848	0,2014	0,2430	0,2536	0,2825	0,3163	0,6104
68	Pão de Açúcar	0,2469	0,3088	0,3193	0,4720	0,0990	0,3382	0,2346	0,0917	0,0520	0,2061
69	Pariconha	0,9218	nd	0,4980	0,6682	0,5959	0,2451	0,5953	0,7991	0,2470	0,4975
70	Paripueira	0,4722	0,7028	0,9779	0,9067	0,3388	0,2465	0,4123	1,0000	0,4775	nd

71	Passo de Camaragibe	0,1167	nd	0,8514	nd	0,1621	nd	nd	nd	nd	nd
72	Paulo Jacinto	0,5177	0,1706	0,1183	nd	nd	0,2341	0,1505	0,5842	0,5664	0,3228
73	Penedo	0,3187	0,0680	0,1595	0,1952	nd	nd	0,2801	1,0000	0,3519	0,1748
74	Piaçabuçu	0,4104	0,4090	0,4178	0,3276	0,1516	0,2136	nd	nd	0,1429	0,1122
75	Pilar	0,2200	0,1910	0,3298	0,3670	0,1613	0,3192	0,7488	0,9203	1,0000	1,0000
76	Pindoba	0,1539	0,1320	0,1894	0,0366	0,1214	nd	0,1950	0,3468	0,9138	0,8666
77	Piranhas	0,2196	0,1967	0,1702	0,1468	0,0442	0,0583	0,1448	1,0000	0,2390	nd
78	Poço das Trincheiras	0,6355	0,5799	0,6668	0,7497	0,3314	0,3141	0,2570	0,3129	0,1012	0,3392
79	Porto Calvo	0,2527	nd	0,4180	0,1001	0,3667	0,2901	0,1707	0,3360	0,2700	0,3718
80	Porto de Pedras	0,4034	1,0000	0,1604	0,2955	0,2167	0,3962	0,3117	0,9106	0,9067	1,0000
81	Porto Real do Colégio	0,1539	0,4332	0,3266	0,2428	0,3686	0,4942	0,0965	0,2916	0,3892	0,1963
82	Quebrangulo	0,5502	nd	0,4159	nd	nd	0,3897	0,1185	0,1473	0,2457	0,4125
83	Rio Largo	0,2004	nd	0,4313	nd	0,2982	0,6731	0,2408	nd	0,2454	0,4512
84	Roteiro	0,6528	1,0000	0,8341	0,3725	0,3037	1,0000	1,0000	0,6562	0,1301	0,3398
85	Santa Luzia do Norte	0,0735	nd	nd	nd	nd	0,1702	0,3279	0,1163	0,4444	0,5206
86	Santana do Ipanema	0,1596	0,1520	0,1514	0,0772	0,0946	0,2353	0,2110	0,2987	0,2530	nd
87	Santana do Mundaú	0,6853	0,0507	nd	0,0208	0,1824	0,1287	0,2090	0,0982	0,3051	0,2191
88	São Brás	0,0416	0,4195	0,3825	0,0662	0,2860	0,9308	0,0009	0,1817	nd	nd
89	São José da Laje	0,0694	0,2121	0,1850	0,3030	0,2830	0,2384	0,1979	0,3649	0,2514	0,4980
90	São José da Tapera	1,0000	0,0759	1,0000	0,4928	0,1851	0,1175	0,1728	0,2205	nd	nd
91	São Luís do Quitunde	0,1429	0,1885	0,0076	0,0023	0,0059	nd	0,9642	nd	nd	nd
92	São Miguel dos Campos	0,1425	nd	0,3558	0,3510	0,1430	0,2773	0,5008	1,0000	0,3194	0,4097
93	São Miguel dos Milagres	0,5999	0,8548	0,3494	1,0000	0,1021	0,2211	0,2136	nd	0,0971	nd
94	São Sebastião	0,2024	nd	0,5140	nd	nd	0,2574	0,2324	0,5701	0,3435	0,4558
95	Satuba	0,1052	0,1371	0,2303	0,1229	0,0736	0,0595	0,0332	nd	1,0000	nd
96	Senador Rui Palmeira	0,8969	nd	0,4326	nd	0,3850	0,3990	nd	nd	0,2403	nd
97	Tanque d'Arca	1,0000	nd	0,4962	0,3501	0,2832	0,2839	0,4232	1,0000	0,6982	0,9969
98	Taquarana	0,5753	0,5927	0,5238	0,8576	0,6833	0,5351	0,4034	0,2375	0,0714	0,4392
99	Teotônio Vilela	nd	nd	nd	0,5371	nd	nd	nd	0,4901	0,2709	0,3009
100	Traipu	0,4160	0,2096	0,3392	1,0000	0,1016	0,1536	0,1235	0,2482	0,4932	0,5861
101	União dos Palmares	0,2812	nd	0,1985	nd	0,0649	0,0911	0,1841	0,0911	0,0848	0,1932
102	Viçosa	0,4990	1,0000	0,2125	nd	nd	0,3468	0,5723	0,2748	0,0606	0,1741